



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ
PROGRAMA REGIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO E MEIO
AMBIENTE (PRODEMA)
MESTRADO EM DESENVOLVIMENTO E MEIO AMBIENTE (MDMA)

TERESA MARIA COELHO DUARTE NETA

EXPANSÃO ESPACIAL E MUDANÇAS AMBIENTAIS A PARTIR DO
DESENVOLVIMENTO DO SETOR HABITACIONAL: REFLEXÕES SOBRE A
URBANIZAÇÃO EM FLORIANO, PIAUÍ

TERESINA
2021

TERESA MARIA COELHO DUARTE NETA

**EXPANSÃO ESPACIAL E MUDANÇAS AMBIENTAIS A PARTIR DO
DESENVOLVIMENTO DO SETOR HABITACIONAL: REFLEXÕES SOBRE A
URBANIZAÇÃO EM FLORIANO, PIAUÍ**

Dissertação de mestrado apresentado ao Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente (PRODEMA) da Universidade Federal do Piauí como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento e Meio Ambiente.

Área de Concentração: Políticas de Desenvolvimento e Meio Ambiente.

Orientadora: Prof.^a. Dra. Márcia Leila de Castro Pereira.

TERESINA
2021

FICHA CATALOGRÁFICA
Universidade Federal do Piauí
Biblioteca Comunitária Jornalista Carlos Castello Branco
Serviço de Processamento Técnico

D812e Duarte Neta, Teresa Maria Coêlho.

Expansão espacial e mudanças ambientais a partir do desenvolvimento do setor habitacional: reflexões sobre a urbanização em Floriano, Piauí / Teresa Maria Coêlho Duarte Neta. –2021.

103 f.

Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Piauí, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente, Teresina, 2021.

“Orientadora: Prof^a. Dr^a. Márcia Leila de Castro Pereira”

1. Urbanização. 2. Desenvolvimento. 3. Habitação. 4. Ambiente Urbano. 5. Meio Ambiente. I. Pereira, Márcia Leila de Castro.

II. Título.

CDD 574.52

TERESA MARIA COELHO DUARTE NETA

**EXPANSÃO ESPACIAL E MUDANÇAS AMBIENTAIS A PARTIR DO
DESENVOLVIMENTO DO SETOR HABITACIONAL: REFLEXÕES SOBRE A
URBANIZAÇÃO EM FLORIANO, PIAUÍ**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente da Universidade Federal do Piauí, como requisito à obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento e Meio Ambiente.

Área de Concentração: Desenvolvimento do Trópico Ecotonal do Nordeste.

Linha de Pesquisa: Políticas de Desenvolvimento e Meio Ambiente.

Orientador (a): Prof. Dra. Márcia Leila de Castro Pereira.

Aprovada em 31 de agosto de 2021.

BANCA EXAMINADORA



Prof. Dra. Márcia Leila de Castro Pereira (Orientadora)



Prof. Dr. Carlos Alexandre Barboza Plínios dos Santos (UNB)
Examinador Externo

FRANCISCO SOARES SANTOS
FILHO:30218152353

Digitally signed by FRANCISCO SOARES SANTOS FILHO:30218152353
DN: c=BR, o=ICP-Brasil, ou=Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, ou=RFB e-CPF A1, ou=VALID, ou=AR FACILID CERTIFICADORA
DIGITAL, ou=Videoconferencia, ou=29422374000187, cn=FRANCISCO
SOARES SANTOS FILHO:30218152353
Date: 2021.10.26 07:18:24 -03'00'

Prof. Dr. Francisco Soares Santos Filho (UFPI)
Examinador Interno

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, pela graça concedida e por me fortalecer em momentos difíceis vividos nestes últimos anos.

Agradeço à querida amiga e Professora Dra. Márcia Leila de Castro Pereira, minha orientadora, por me acolher, ajudar, e incentivar e por todo conhecimento compartilhado. Uma mulher sábia, que sempre será lembrada com muito carinho.

Agradeço ao meu pai, Marcelo Coêlho Duarte por ser o meu maior incentivador e pelo seu amor incondicional e à minha amada mãe, Anelita Ramos dos Santos Duarte por me apoiar e me guiar no caminho dos estudos. Por ser a mulher da minha vida, a razão de tudo.

À minha saudosa avó Eliza Ramos dos Santos por suas orações, e suas palavras de carinho. Agradeço imensamente ao meu companheiro Alex Oliveira Alencar Lima, sempre solícito, alegre, estando presente em momentos decisivos da minha vida sempre com muito amor.

Às minhas amigas, Josycélya Carvalho, Patrícia Reis, Daniela Miranda, Keinha Silva, por todo carinho e pela rede de apoio. Agradeço aos meus sobrinhos, Ruan Emanuel, Bernardo Soares e José Arthur por serem tão especiais e alegrarem a minha vida de forma tão renovadora.

Agradeço aos professores que integram a rede PRODEMA em Teresina (PI), por todo conhecimento compartilhado, especialmente a querida Professora Dra. Wilza Gomes Reis Lopes, por ser tão inspiradora e ao Professor Dr. Francisco Soares pelas contribuições riquíssimas durante a minha defesa. Ao Prof. Dr. Carlos Alexandre Barboza Plinio dos Santos, pelas suas colaborações no processo de qualificação e defesa final desta dissertação. Aos mestres mencionados minha eterna gratidão!

Muito grata aos meus colegas de mestrado Mariana Fontenele, Josélia Carrias, Mayra Arcoverde, José Janielson, Cristiane Barbosa, e todos os demais colegas que participaram desse processo intenso que foi o mestrado.

Agradeço ainda a uma grande mulher da minha família materna, Telma Ramos de Miranda (*In memoriam*), um grande exemplo de solidariedade, alegria e força. Meu ciclo familiar é rodeado de mulheres com histórias de muita luta, e tenho muito orgulho todas e de onde eu vim.

Muito obrigada, a todos que de alguma forma colaboraram para findar esse ciclo com sucesso.

RESUMO

O estudo da forma urbana trata da compreensão das transformações que ocorreram no passado, para então conceber teorias e entendimentos para o atual espaço urbano, a partir da observância da paisagem numa dimensão espaço-temporal. O fenômeno da urbanização brasileira é desigual, heterogênea, o que dá a este processo singularidades. As diversidades evidenciadas caracterizam os aspectos territorial, regional e ambiental, dando aos espaços urbanos diversas conotações de desenvolvimento, por isso é de suma importância trazer para uma cidade média no sul do Piauí o conhecimento sobre como sucedeu a sua expansão territorial e os aportes para sua urbanização. Floriano é uma das cidades do interior do Piauí com grandes perspectivas para o desenvolvimento urbano, social e econômico. A atribuição pode ser inicialmente explicada pelos investimentos do setor público, privado no setor de serviços e habitação. O estudo tem como objetivo principal analisar a relação da política habitacional e a produção do espaço urbano no contexto de Floriano (PI). De forma mais específica conhecer a configuração histórica que elevou as perspectivas atuais de desenvolvimento; estudar os agentes produtores do espaço urbano florianense; entender o meio ambiente natural diante do intenso processo de incentivo imobiliário; contribuir para o entendimento da trajetória da urbanização de Floriano. Para construir a dissertação, são empregados procedimentos metodológicos da pesquisa bibliográfica e documental baseado em livros, artigos científicos, documentos e acervos de fotografias dispostas em sites. As bases da pesquisa empírica são utilizadas mediante a necessidade de avaliar a percepção obtida através da experiência, da vivência adquirida no local. Verifica-se, que a estruturação da rede urbana influenciou diretamente a expansão da cidade, tornando-se uma grande área de monopólio entre as cidades vizinhas, com isso a atuação do setor habitacional foi imprescindível para a criação de novas áreas de vivências. As mazelas deste processo são a segregação socioespacial, desigualdade social, diminuição da qualidade ambiental.

Palavras-chave: Urbanização. Desenvolvimento. Habitação. Ambiente Urbano. Meio Ambiente.

ABSTRACT

The study of urban form deals with the understanding of the transformations that occurred in the past, in order to then conceive theories and understandings for the current urban space, based on the observation of the landscape in a spatiotemporal dimension. The phenomenon of Brazilian urbanization is uneven, heterogeneous, which gives this process singularities. The diversities evidenced characterize the territorial, regional and environmental aspects, giving urban spaces different connotations of development, so it is extremely important to bring to an average city in the south of Piauí the knowledge about how its territorial expansion happened and the contributions to its urbanization. Floriano is one of the cities in the interior of Piauí with great prospects for urban, social and economic development. The attribution can initially be explained by public and private sector investments in services and housing. The main objective of the study is to analyze the relationship between housing policy and the production of urban space in the context of Floriano (PI). More specifically, to know the historical configuration that raised the current development perspectives; to study the agents that produce urban spaces in Florianópolis; understand the natural environment in the face of the intense real estate incentive process; contribute to the understanding of the trajectory of urbanization in Floriano. To build the dissertation, methodological procedures of bibliographic and documentary research are used based on books, scientific articles, documents and collections of photographs available on websites. The bases of empirical research are used due to the need to assess the perception obtained through experience, the experience acquired in the place. It appears that the structuring of the urban network directly influenced the expansion of the city, becoming a large monopoly area among neighboring cities, thus the performance of the housing sector was essential for the creation of new living areas. The ills of this process are socio-spatial segregation, social inequality, and reduced environmental quality.

Keywords: Urbanization. Development. Housing. Urban Environment. Environment.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Antiga sede da escola agrícola.....	33
Figura 2 - Mapa Município de Florianópolis.....	35
Figura 3 – Travessia de pontões\ carros (1957)	36
Figura 4 – Barcas de Barão de Grajaú para Florianópolis.....	36
Figura 5 - Mapa - As cidades-beira piauienses	37
Figura 6 – Antigo Cais.....	38
Figura 7 – Mercadorias\ carregadores (1957)	38
Figura 8 - Cais de Florianópolis 2021	39
Figura 9- Rua São Pedro de Alcântara em 1950.....	40
Figura 10- Rua São Pedro de Alcântara 2021.....	40
Figura 11 –Cartaz do centenário da imigração árabe.....	41
Figura 12 –Publicidade do carnaval em Florianópolis 1930.....	42
Figura 13 – Carnaval de Florianópolis em 2020.....	42
Figura 14 – Igreja de São Pedro de Alcântara 1957.....	43
Figura 15 – Igreja de São Pedro de Alcântara em 2021.....	44
Figura 16 – Paixão de Cristo em Florianópolis.....	44
Figura 17 – Cidade cenográfica.....	45
Figura 18 – Usina “elétrica” 1924.....	45
Figura 19 – Atual Espaço Cultural Maria Bonita.....	46
Figura 20 –População nos Bairros Lei 509\ 2009.....	49
Figura 21 - Localização das instituições de ensino superior de Florianópolis.....	52
Figura 22 – Florianópolis shopping.....	53
Figura 23 – Área do shopping.....	54
Figura 24 –Mais nova rede de supermercado.....	56
Figura 25 – Casa do conjunto habitacional Gabriel Kalume 2011.....	63
Figura 26 –Conjunto José Pereira da Silva em 2021.....	63
Figura 27 –Conjunto Filadelfo Freire de Castro.....	64
Figura 28 – Residencial Alto da Cruz.....	65
Figura 29 – Área de localização dos conjuntos do PMCMV.....	65
Figura 30 – Queimadas no conjunto José Pereira da Silva.....	68
Figura 31 – Riacho poluído nas proximidades dos conjuntos José Pereira da Silva e Filadelfo Freire.....	69

Figura 32 – Riacho poluído	69
Figura 33 – Condomínio Oliveira.....	71
Figura 34 – Condomínio São Francisco e condomínio Rocha.....	72
Figura 35 – Área de localização do condomínio\loteamento Bela Vista.....	73
Figura 36 – Residencial Nossa Senhora do Carmo.....	73
Figura 37 – Residencial caiçara	74
Figura 38 – Loteamento conviver urbanismo.....	75
Figura 39 – Residencial catumbi.....	75
Figura 40 –População com banheiro e água encanada em seus domicílios no Piauí.....	77
Figura 41 –Lagoa de estabilização de esgoto.....	79
Figura 42 –Vala de esgoto no rio Parnaíba.....	79

LISTA DE TABELAS

Tabela 1- Área, População e Densidade Demográfica – 1991, 2000, 2010 e 2018, 2020.....	48
Tabela 2 – Conjuntos do Programa Minha Casa Minha Vida – PMCMV.....	63

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
BNH – Banco Nacional de Habitação
CAFS – Campus Amílcar Ferreira Sobral
CEFET – Centro Federal de Educação Tecnológica
CODEVASF – Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e Parnaíba
DTT - Dicloro-Defenil-Tricloreto
EJA – Ensino de Jovens e Adultos
FAESF – Faculdade de Ensino Superior de Floriano
HIS – Habitação de Interesse Social
IBGE- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IFPI – Instituto Federal do Piauí
PROEJA – Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos
PPGBC – Programa de Pós-Graduação em Biodiversidade e Conservação
PMCMV- Programa Minha casa minha Vida

PNSB – Pesquisa Nacional de Saneamento Básico

MCMV- Minha Casa Minha Vida

IDHM – Índice de Desenvolvimento Humano Municipal

IPHAN – Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico

UESPI – Universidade Estadual do Piauí

UFPI – Universidade Federal do Piauí

UTI – Unidade de Terapia Intensiva

SEMDAS – Secretaria Municipal de Desenvolvimento e Assistência Social

SNIS – Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento Básico.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	13
1. A URBANIZAÇÃO: TRANSFORMAÇÃO DO MEIO FÍSICO, SOCIAL AMBIENTAL.....	22
1.1 A urbanização no contexto brasileiro.....	22
1.2 Capitalismo e seus efeitos na cidade.....	23
1.3 Meio físico em Áreas Urbanas.....	26
2. CARACTERIZAÇÃO ATRAVÉS DO DESENVOLVIMENTO URBANO DO MUNICÍPIO DE FLORIANO, PIAUÍ: UMA PERSPECTIVA HISTÓRICA DA REPRODUÇÃO DO ESPAÇO.....	32
2.1 Floriano, Piauí: breve comentário sobre sua história.....	32
2.2 Floriano e suas conexões com o rio Parnaíba e seu patrimônio histórico.....	35
2.3 A reprodução do espaço da atual Floriano: aspectos populacionais, educacionais e comerciais.....	47
3. UNIDADES HABITACIONAIS DIANTE DO DESENVOLVIMENTO DA CIDADE E DA ESTRUTURAÇÃO URBANA.....	58
3.1 Habitação: moradia e dignidade diante da urbanização.....	58
3.2 Habitações de Interesse Social em Floriano: conjuntos habitacionais do PMCMV.....	62
3.3. Os loteamentos, condomínios e residenciais privados de Floriano.....	71
3.4 Estruturação urbana: a construção da rede de esgotamento sanitário em Floriano.....	76
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	82
REFERÊNCIAS.....	87

INTRODUÇÃO

O estudo da forma urbana busca compreender as transformações que ocorreram no passado, para então conceber teorias e entendimentos para o atual espaço urbano. Considerando ou buscando não se limitar à sua forma, mas também à estrutura, a partir da observância da paisagem numa dimensão espaço-temporal desse urbano.

O *urbano*, de acordo com Limonad (2011) coincide com a disseminação no território de diversas relações sociais e espaciais intensificando o que podemos denominar de *urbano*, pois engendra uma estruturação de novos espaços, um sistema complexo de produção, como também impulsiona a reprodução da força de trabalho. Desse modo, as relações de trabalho possuem influência na caracterização dessa reprodução espacial, e por isso o conceito “tende a conferir ao urbano uma amplitude territorial, isto é, uma amplitude que transcende (ultrapassa) aquilo que percebemos como “perímetro urbano” Limonad (2011, p.157).

Lefebvre (1991), relaciona diretamente o conceito de urbano à sociedade capitalista industrial, advindo de um processo histórico de consolidação da urbanização. Na mesma perspectiva de reflexão, Corrêa (2005) analisa o espaço urbano como um produto do capitalismo, que se apresenta de forma articulada, fragmentada, condicionante social, repleto de simbologias e de representatividade, construídos ao longo dos anos. Desse modo, o urbano está intrinsecamente ligado às relações capitalistas vigentes na sociedade, considerando as transformações dessas relações com o tempo.

Quanto ao termo fragmentado usado por (CORRÊA, 2005) ao discutir acerca das caracterizações do espaço urbano Sposito e Sposito (2020, p. 08) explicitam:

Reconhecendo a fragmentação como um processo geral, próprio da urbanização contemporânea, e entendemos que não é um conceito que se aplica a períodos pretéritos da vida urbana, é importante reconhecer particularidades desse processo em países da periferia do capitalismo, onde clivagens de diferentes matizes e formas acentuadas de diferenciação e desigualdade dão muitas tonalidades a ele.

Destacando (SPOSITO; SPOSITO, 2020), a fragmentação do espaço urbano é de fato um acontecimento generalizado. No entanto, existem as particularidades em cada local, cidade ou país. Isso se deve tanto pelas mudanças do mundo contemporâneo, quanto as regulações do capitalismo, pelas diversidades territoriais, como também pelas formas pelos quais o sistema capitalista absorve esse processo.

Segundo o geógrafo Milton Santos (1994), a urbanização em âmbito brasileiro se consolidou em meados do século XX, e no país havia somente duas capitais que se

destacavam economicamente, São Paulo (SP), e Rio de Janeiro (RJ), mas nesta época outras capitais também possuíam malha urbana, podemos destacar Salvador (BA) e São Luís (MA), posteriormente a urbanização foi alastrando-se chegando em outras cidades.

No início deste processo de transição do rural para o urbano, as capitais brasileiras eram alvo de constantes processos migratórios. Nos interessa partir para uma reflexão acerca do que levou à formação e conseqüente urbanização com o intuito de contextualizar o fenômeno como um processo de produção de ambientes urbanos em cidades médias.

A cidade é um produto urbano, e a ascensão da urbanização no século XX no Brasil evidenciou a temática habitacional que se tornaria fundamental. A questão habitacional envolve vários paradigmas especialmente na contemporaneidade do século XXI. A vivência em cidades urbanizadas, tornou esse tema um elemento primordial para a estruturação das cidades (LENCIONI, 2009).

Na segunda metade do século XX, os impasses sobre a habitação no Brasil se intensificaram a partir da expansão territorial das cidades e pela forma na qual a urbanização estava se encaminhando se tornou urgente o debate sobre o tema. Além da definição de novas estruturas para fomentar o desenvolvimento da habitação de interesse social de qualidade com custos acessíveis (MENDES, 2014).

O processo de reprodução do espaço, motivados pela expansão da urbanização é determinado pela reprodução das relações sociais, fundamentada na divisão técnica e social do trabalho, em âmbito nacional e internacional na formação econômica social (CARLOS, 2009).

Monteiro e Veras (2017), afirmam que a urbanização das cidades brasileiras, promoveram o aumento de fluxos migratórios. Dados dos censos demográficos confirmam esse acontecimento de aumento da população urbana, com uma taxa 31,34%, ou seja, 41.236.315 das pessoas vivendo na área urbana em 1940. Já em 2010 a taxa de urbanização era de 84,36%, totalizando 160.925.792 milhões de habitantes residindo nas cidades (IBGE, 1940 a 2010). Neste sentido, a habitação se tornou algo imprescindível no intuito de atender essa população que chegava nas áreas urbanas.

Corrêa (2005), em conformidade com Monteiro e Veras (2017), avalia que a demanda por terras e habitações infere no surgimento de novas camadas sociais, oriunda grande parte de fluxos de migração. Essas pessoas participam do mercado de habitação, mas dependem das possibilidades de remuneração, do capital investido em terras e operações do setor de imóveis. Além disso, depende da política aplicada do Estado, para

permitir a reprodução do capital. Para a inserção da política habitacional coloca-se em pauta a sociedade, sua renda, ações do Estado, sua política de habitação, como também investimentos do setor privado.

Para Mendes (2014, p. 19), a produção de habitação de interesse social criada pelo BNH, possui relevância na questão habitacional no país, porque foi o único período em que o Brasil usufruiu de uma Política Nacional voltada para habitação. Essa proposta inicial foi uma iniciativa do governo militar (logo após o golpe de 1964) para atenuar a crise habitacional, logo em um momento de ascensão das áreas urbanizadas. Mendes (2014, p. 19), avalia ainda que essa iniciativa visava “ganhar apoio das massas populares e por outro lado, criar condições de implementar uma política permanente de financiamento para dar sustentação ao setor da construção civil habitacional”.

Em linhas gerais, a questão habitacional brasileira está relacionada ao processo acelerado vivenciado pelas cidades, que por sua vez, não estavam preparadas para receber um número tão elevado de pessoas. Isso, resultou numa expansão desordenada das cidades, afetando principalmente a classe trabalhadora que geralmente vivem em situações de recursos incipientes, e em áreas inadequadas. Essas condições de desordem urbana, gerou em cidades brasileiras o que chamamos de fragmentação espacial e desigualdade social. Por estas, razões e por questões de bem-estar social a criação de políticas habitacionais é fundamental (MONTEIRO; VERAS, 2017).

Para Carlos (2009, p. 29), “a cidade é um modo de viver, pensar, mas também sentir. O modo de viver urbano produz ideias, comportamentos, valores, conhecimentos, formas de lazer e uma cultura”. A cidade é a representação física da urbanização é onde ocorre as transformações físicas, sociais e econômicas. Onde o modo viver, requer mais estruturação, uso de recursos naturais, e espaço. Essas características de áreas urbanizadas, promovem problemas ambientais diversos. Nessa perspectiva, ainda ressaltamos que a habitação em áreas inadequadas comuns em áreas urbanizadas, também promovem a incidência de impactos ambientais.

De acordo com (MARTINS, 2012), as mudanças ambientais decorrentes da expansão urbana, são provenientes no geral das modificações realizadas no ambiente físico, inicialmente mediante a retirada da vegetação para construção de moradias, edifícios empresariais, adequações de grandes áreas para fins agropecuários. Outro ponto, citado por (MARTINS, 2012) é a relação de vulnerabilidade social e a decorrência de impactos ambientais, assim como problemas de saúde.

Destarte, para questões relacionadas a má estruturação dos serviços urbanos refletindo em vulnerabilidade social, segregação e problemas com esgotamento sanitário, esses percalços são comuns em áreas urbanizadas, em especial em locais com habitações em situação de risco e com inadequações estruturais. Segundo Silva e Heller (2016, p. 1865), “[...]o conceito de vulnerabilidade social dialoga com a promoção da saúde, uma vez que também busca compreender e transformar os determinantes sociais do processo saúde-doença-cuidado”. A saúde está diretamente relacionada ao acesso à saneamento básico. Água tratada e esgotamento sanitário adequado, são fundamentais para o bem-estar social. Além de influenciar no desenvolvimento econômico, educacional e social.

Segundo o Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento Básico (SNIS) (2021), o Brasil investe pouco na área de saneamento, o equivalente a 0,2% do PIB. Regionalmente, o Norte e Nordeste são os mais afetados com a desigualdade de distribuição desse serviço. Assim, pode-se avaliar que para a urbanização são necessários vários elementos, na esfera estrutural, política, econômica e sociais.

Diante disso, é possível dizer que a urbanização brasileira é desigual, heterogênea o que dá a este processo singularidades. As diversidades podem ser observadas no âmbito territorial, regional, ambiental, dando aos ambientes urbanos diversas conotações de desenvolvimento, por isso é de suma importância trazer para uma cidade de pequeno para médio porte no sul do Piauí, conhecimento sobre como se deu sua expansão e sua consequente urbanização.

Floriano, é uma das cidades do interior do Piauí com grandes perspectivas para o desenvolvimento urbano, social e econômico. A atribuição pode ser inicialmente explicada pela privilegiada localização geográfica, onde todo o processo de expansão cidadina ocorreu às margens do rio Parnaíba, favorecendo a navegação a vapor, o transporte, o comércio com a distribuição e escoamento de mercadorias. Fundada em 1873, a cidade situa-se à margem direita desse mesmo Rio, em frente à cidade de Barão de Grajaú, Maranhão. A cidade fica à 240 km de Teresina da capital do estado do Piauí (SANTOS, 2015).

Inicialmente o município de Floriano, foi uma das áreas das sesmarias cedidas pela coroa Lusa por volta de 1676, além de integrar os municípios (colônias, vilas) onde surgiram as primeiras fazendas de gado do Estado Piauí, sendo um dos municípios também responsáveis pelo povoamento do interior do Piauí. Para além do povoamento, se tornou ainda destaque no setor da pecuária no Estado, e na educação de jovens libertos

do regime escravagista com a abertura de uma das primeiras escolas agrícolas do país (FILHO, 2013).

Rufo e Sobrinho (2015, p.10), destacam sobre o processo de formação do território do Piauí e a importância da criação das fazendas de gado pelo Estado:

O processo de formação histórica do território piauiense inicia-se no final do século XVII quando pequenos agricultores vindos da Bahia, próximos ao Vale do rio São Francisco, chegam ao Estado e começam a fundar as primeiras fazendas de gado. Destaca-se ainda que a intensa ocupação da Zona da Mata, acompanhada do sucesso da economia açucareira, também contribuíram para a ocupação do Estado do Piauí, pois havia naquela época grande necessidade da descoberta de novas áreas interioranas no país, principalmente no Nordeste, para servir de pontos onde houvesse atividades que subsidiassem e complementassem a economia brasileira baseada na produção do açúcar.

As fazendas de gado, administradas por Domingos Afonso Mafrense em Floriano estão inclusas nesse processo de formação e povoamento do Piauí. Segundo (RUFO; SOBRINHO, 2015) essa formação deve-se grande parte as mesorregiões sudoeste e sudeste do Estado, onde está ligada diretamente com a atividade da pecuária extensiva.

A fundação da cidade em 1873 partiu de dois núcleos, o primeiro na área do Estabelecimento Rural São Pedro de Alcântara, localizado às margens do rio Parnaíba onde mercadorias eram escoadas e, recebidas. O segundo, nas proximidades da atual praça da Matriz, batizada de Dr. Sebastião Martins, local de comercialização das mercadorias, vindo a ser o centro da cidade, principal ponto de vendas (GANDARA, 2008).

Em virtude dos despontamentos na área comercial, Floriano, conforme trecho de palestra do Dr. Sebastião Martins de Araújo Costa, citado por Gandara (2008, p. 257), é evidenciado que “[...] a cidade cresce rapidamente, ocupa várzeas, transpõe riacho, sobe colinas, derramando-se por toda parte. Dentre em pouco a cidade transforma-se em líder, em princesa do Sul, tal importância já remarcada pelo comércio”. A cidade de Floriano é conhecida por suas potencialidades mercantis, tem na sua memória histórica um crescimento vindo das bonanças do rio Parnaíba, e da pecuária e do comércio (PROCÓPIO, 2006).

De acordo com Procópio (2006), a imigração de sírios, árabes e libaneses para o Brasil ocorreu em 1871, em função de constantes conflitos territoriais e religiosos em seus países de origem. Ao se instalarem no Brasil, trabalhavam em sua maioria com a agricultura, comércio e trabalhos de mascateação.

Em Floriano, as famílias de origem síria e árabe chegaram por volta de 1889, promovendo o comércio nas áreas próximas ao centro da cidade. A primeira atividade comercial realizada por eles foi a prática da mascateação que ocorreu com o uso de mulas para transporte das mercadorias e, andanças pelos bairros e interiores. Mas, sobretudo a atividade acontecia em maior número nas áreas urbanas, no centro com a comercialização de sal, tecidos, chapéus e especiarias. Uma característica marcante dos negócios, mediados por sírios e árabes em Floriano, é que toda a família participava do trabalho (PROCÓPIO, 2006).

De acordo com SANTOS (2019), a cidade de Floriano em meados do século XIX, mas, precisamente no ano de 1900 era caracterizada pela dinâmica socioeconômica e espacial, onde o rio favorecia as práticas comerciais, o comércio fluía de forma a suprir as necessidades de produtos agrícolas, serviços de saúde, educação, turismo, lazer dentre outras áreas.

Em 1900, o desenvolvimento urbano local e regional tornava Floriano uma cidade de porte médio com fortes indicativos de expansão espacial, pois neste período o rio Parnaíba ainda era um dos principais eixos da economia do Piauí e a cidade Floriano, a capital do Estado Teresina e a cidade Parnaíba eram em termos de desenvolvimento social, econômico, político as mais beneficiadas com o todo o processo do uso diversos do rio para então fomentar desenvolvimento das cidades (GANDARA, 2008).

Em consonância com os acontecimentos conferidos na história de Floriano, nota-se que a cidade permanece numa vertente de expansão da urbanização, onde novos espaços são criados, com diversas formas de uso. Com isso, houve o aumento da população com o passar das décadas que concerne com o surgimento de investimentos no setor de habitação na cidade. A reprodução espacial de Floriano Piauí se encaminhou conforme os investimentos em estrutura urbana, investimentos de cunho educacional, comercial e com a abertura de postos de trabalho.

Segundo (RUFO; SOBRINHO, 2015), Floriano é uma das cidades do sudoeste piauiense que possui mais habitantes, e isso pode ser explicado através de investimentos no setor educacional. Na cidade, foram implantadas a Universidade Estadual do Piauí - UESPI, o Instituto Federal do Piauí - IFPI, a Universidade Federal do Piauí - UFPI, que são três polos de educação de nível superior e de ensino técnico. Além de, possuir uma grande faculdade particular chamada Faculdade de Ensino Superior de Floriano – FAESF.

Os incentivos públicos e privados para o crescimento econômico de Floriano emergiram também na reprodução espacial através da implantação de conjuntos

habitacionais pelo Programa Minha Casa Minha Vida e residenciais privados. O setor habitacional da cidade, através da política habitacional do PMCMV, segundo dados da Prefeitura Municipal de Florianópolis, revela que o crescimento do setor na cidade pode ser observado entre os anos de 2011 e 2020, em que foram entregues 1.679 unidades habitacionais no total. Esse número representa a demanda por moradias na cidade, e o quanto esse setor pode ser considerado relevante nesse viés de desenvolvimento e expansão territorial.

Na cidade, foram implantados quatro conjuntos habitacionais pelo PMCMV, são os conjuntos José Pereira da Silva com 500 moradias, Gabriel Kalume com 180 casas, Filadelfo Freire de Castro com 499 casas e o residencial Alto da Cruz com 500 unidades habitacionais. Todos os conjuntos habitacionais foram construídos em regiões periféricas, visto que estão dispostos em áreas distantes do centro da cidade.

A cidade de Florianópolis é marcada por diversidades de serviços e amplos investimentos nos setores de saúde, educação, alimentício com vastas redes de supermercados. É importante ressaltar a relevância de Florianópolis para as cidades circunvizinhas, se tornando diariamente alvo de migração pendular de pessoas em busca de acesso à serviços variados.

A partir de todas as colocações, a respeito do processo de expansão espacial e mudanças ambientais decorrentes do desenvolvimento do setor habitacional, e do processo de urbanização na cidade de Florianópolis, este estudo visa refletir, perpassando acontecimentos históricos, sobre a atual disposição do desenvolvimento espacial na cidade. Os setores voltados para a habitação, educação, e empresarial de vários segmentos deram à Florianópolis perspectivas reais de desenvolvimento social, econômico e político. Tais especificações justificam a realização do estudo, visto que a temática ainda não foi abordada com essas perspectivas de análise.

O presente trabalho utiliza procedimentos metodológicos da pesquisa bibliográfica e documental baseado em livros, artigos científicos, documentos e acervos de fotografias. Foram realizadas buscas em bases eletrônicas de dados, tais como Google Acadêmico, Portal de Periódicos da Capes e no Scientific Electronic Library Online (SCIELO). Além de buscas em sistemas e ferramentas eletrônicas de mapeamento e localização como o Google Earth ou Google Terra.

Em junho de 2021 foram realizadas visitas a fim de capturar fotos no local onde estão construindo um sistema de tratamento de esgoto em Florianópolis, também em uma vala de esgoto localizada no Rio Parnaíba, visita ao Conjunto Habitacional José Pereira da

Silva, como também no cais do porto e nos patrimônios históricos localizados no cais da beira rio e, no centro da cidade. As bases da pesquisa empírica são utilizadas mediante a necessidade de avaliar a percepção obtida por meio da experiência, da vivência adquirida no local. Segundo (SPOSITO, 2004), as pesquisas empíricas - analíticas utilizam abordagens com articulação lógica, nível técnico, utilização de técnicas de coleta como a descrição, a análise de conteúdo, obtenção de dados secundários, nível teórico, percepção empírica, dentre outras características.

Nesse estudo, elencamos como objetivo principal, analisar a relação da política habitacional e a produção do espaço urbano no contexto de Florianópolis, Píauí. De forma mais específica, pretende-se: a) conhecer a configuração histórica que caracterizou o atual desenvolvimento; b) estudar os agentes produtores do espaço urbano em Florianópolis; c) caracterizar o meio ambiente natural diante do intenso processo de incentivo imobiliário; d) contribuir para o entendimento da trajetória da urbanização em Florianópolis.

Na Introdução abordam-se aspectos históricos, através de seus respectivos momentos históricos no período colonial, da fundação cidadina, perpassando por marcos como a navegação a vapor, a relevância do patrimônio histórico para a atual Florianópolis e ascensão comercial, para que possam explicar a reprodução espacial da cidade.

O estudo é composto por três capítulos. No primeiro capítulo, intitulado “a urbanização: transformação do meio físico, social e ambiental”, são difundidas as mudanças ocorridas mediante o processo de urbanização nos aspectos físicos, no modo vivência da sociedade urbana, e a relação do meio urbano para com o meio ambiente. Além, de uma discussão sobre os delineamentos do capitalismo na cidade, e contextualizar o processo da urbanização ocorrida no Brasil.

No segundo capítulo, denominado “caracterização através do desenvolvimento urbano do município de Florianópolis (PI): uma perspectiva histórica da reprodução do espaço”, destacamos o contexto histórico da cidade de Florianópolis levando em consideração a vinculação da cidade com o rio, diante das atividades econômicas proporcionadas por um dos principais rios nordestinos, assim como, a relevância dos patrimônios históricos da cidade, onde refletimos sobre o passado e suas conexões com a atualidade, além das suas contribuições para a reprodução do espaço da atual Florianópolis.

No terceiro capítulo, chamado de “Unidades habitacionais diante do desenvolvimento da cidade e a chegada de estruturação urbana em Florianópolis”, apresenta-se uma reflexão sobre a relação do crescimento urbano com os incentivos imobiliários, a relação entre o setor habitacional diante do advento da urbanização, habitação de interesse

social em Florianópolis, além de discutir sobre a importância dos condomínios, loteamentos e residenciais para a reprodução do espaço urbano da cidade.

Ao final do capítulo são realizadas reflexões a respeito da recente estruturação urbana realizadas em 2020 e 2021, através da implementação das obras de esgotamento sanitário em Florianópolis e sobre a evolução da construção desse sistema na cidade, fazendo correlações com pautas relacionadas à saúde, meio ambiente e questões sociais. Logo, após apresenta-se, uma contextualização das considerações finais do trabalho. Por fim tendo-se no final as referências utilizadas na dissertação.

CAPÍTULO 1. A URBANIZAÇÃO: TRANSFORMAÇÃO DO MEIO FÍSICO, SOCIAL E AMBIENTAL

1.1 A urbanização no contexto brasileiro

A urbanização brasileira consolidou-se na década de 1960 com forte influência da disseminação da industrialização no país. O processo de urbanização gerou grandes transformações físicas, econômicas, sociais e políticas. Os centros urbanos desde sempre foram ocupados por grandes detentores de renda e a funcionalidade desse espaço realizava-se em torno de instituições privadas, comerciais e públicas. Sendo assim, os fatores econômicos foram o cerne para a reprodução do espaço urbano, passando a emanar poder sobre as relações da sociedade.

O cenário da urbanização brasileira é essencialmente diferente. Em função da vastidão territorial, diversidade cultural, diferenças climáticas como destaca Brandão (2017, p. 104):

O Brasil montou, ao longo de décadas, uma economia urbana moderna e diferenciada, com complexa estrutura produtiva (industrial, agropecuária e terciária) e heterogeneidades sociais, regionais, rurais e culturais marcantes. Ergueu, com enorme rapidez e conservadorismo, uma das sociedades urbanas de massa mais complexas do planeta. Uma sociedade multicultural vivendo em uma economia urbana simultaneamente moderna, “fuga para frente” (territorial e dos direitos), excludente, de predação ambiental e social, ocupando espaços de irregularidades e exclusão.

O fenômeno da urbanização no país é desigual e heterogêneo, o que dá a este processo muitas singularidades. As diversidades vistas são de cunho territorial, regional, ambiental, dando aos ambientes urbanos diversas conotações do que poderíamos chamar aqui de “desenvolvimento”.

Em razão disso, Júnior (2008, p.206) afirma sobre os primórdios da urbanização brasileira que:

Essa urbanização acentuada possui como uma das suas características mais expressivas uma elevada concentração de população em poucas cidades em diferentes países do mundo. A concentração de população está aliada também a uma concentração econômica, cultural, de infraestrutura, informação, poder de articulação, assim como dos problemas e conflitos gerados pelo capital.

As cidades são a expressão da totalidade no que diz respeito à urbanização, pois são exímias locadoras de suporte para a ocorrência da atividade industrial e, conseqüentemente, nela está a constante produção do espaço. Assim sendo, “a cidade

nunca fora um espaço tão importante, e nem a urbanização um processo tão expressivo e extenso a nível mundial, como a partir do capitalismo” (MENDONÇA, 2010, p. 01).

As relações econômicas, políticas e de desenvolvimento urbano constituem o território das cidades, sobretudo pela força de trabalho. Com base no último censo realizado pelo IBGE, em (2010), a sociedade em sua maioria é urbana com aproximadamente 86% da população.

Em 1950, o processo de urbanização brasileira estava a todo vapor e a população na busca esperançosa por trabalho, melhores perspectivas de vivências adentraram nas trincheiras do capitalismo de forma intensa, logo, transformando suas relações sociais (SANTOS, 1994). Em consonância Alves, Souza e Marra (2011, p. 81) afirmam que “[...]o êxodo rural contribuiu para a urbanização do Brasil. No período 1950–1960, chegou a ser responsável por 17,4% do crescimento populacional das cidades, e foi muito importante nas duas décadas seguintes”.

Com a crescente da população urbana Lefebvre (1991, p. 16), enfatiza que:

O tecido urbano pode ser descrito utilizando o conceito de ecossistema, unidade coerente constituída ao redor de uma ou de várias cidades, antigas ou recentes. [...], com efeito, o interesse do “tecido urbano” não se limita à sua morfologia. Ele é o suporte de um “modo de viver” mais ou menos intenso ou degradado: a sociedade urbana.

Neste sentido, avalia-se que o tecido urbano não está somente agregado aos aspectos de transformações físicas do espaço, mas também vai incidir diretamente no modo de vida da sociedade urbana. Com o passar dos anos, a maneira como a urbanização se encaminhou é moderadamente distinta do passado, no sentido de que as relações comerciais não são as únicas que exercem influência na formação e transformação espacial (LEFEBVRE, 1991).

Os grandes, médios e pequenos centros urbanos perfazem a existência da sociedade atual, considerando sua dependência dos serviços e infraestrutura da rede urbana. O espaço urbano é constantemente alvo de alterações, motivadas pelo desenvolvimento econômico que modela sua expansão e esses artifícios modeladores do espaço e processos conjugados com as tendências tecnológicas e capitalistas. Assim afirma Limonad (2011, p. 146):

As novas condições tecnológicas, propiciadas pelo desenvolvimento da telemática e das novas técnicas de organização e gerenciamento da produção, têm contribuído para incrementar a fluidez dos fluxos espaciais e setoriais do capital, do trabalho, das mercadorias e das informações.

A hierarquia dos centros urbanos se dá pela rede de organização criada para fazer com que este ambiente seja construído, que vai desde a questão de transporte, comunicação, serviços, lazer, dentre outros. Desse modo, a vida parece ser tecida conforme os comandos do ambiente urbano. Para o desenvolvimento urbano, é fundamental que “a rede urbana seja constitutiva e constituinte, integrante e estruturadora\ articuladora do movimento e da dinâmica da região” (Brandão, 2017, p.99).

No entanto, tal crescimento em sentido literal fez com que as cidades protagonizassem intensas mudanças no espaço físico, na natureza e no modo de vida das pessoas. Com efeito, a sistematização da urbanização trouxe para estes cidadãos citadinos mazelas, como a desigualdade social. De acordo com Gomes e Pinto (2019), o crescimento traz consigo complexidades literais. Apesar de possuir leis e justiça nas cidades, ainda, não é suficiente para amenizar os contrastes entre as classes.

As disparidades no ambiente urbano são vistas, sentidas e vividas no dia a dia da população trabalhadora, embora haja tantas facilidades, funcionalidades e hierarquia, dentro deste ambiente existe pobreza, degradação ambiental, injustiça social, racismo, abandono e muitas outras mazelas.

Desse modo, para compreender toda a estruturação e reestruturação da rede urbana é necessário entender o processo histórico percorrido, bem como reconhecer os novos papéis e valores assumidos pelas cidades. O Capitalismo, é a forma modeladora das funções da cidade fomentando o processo de urbanização, gerando novas interações espaciais, relações sociais, assim como as relações cidade – região e as relações interurbanas (CONTE, 2013). Abordagens sobre o capitalismo enfatizando suas influências em cidades será discutido logo mais abaixo.

1.2 O capitalismo e seus efeitos na cidade

O capitalismo nas cidades se apresenta como uma força de estruturação. Esse sistema econômico onde o lucro e a acumulação de riquezas são os alicerces, a cidade passou a ser o lugar símbolo, e onde o capitalismo se tornou mais característico, ou seja, foi o local cerne de realização do capital, isso mesmo em cidades originadas do campo (SEABRA, 2014).

O advento da urbanização certamente fortaleceu os conceitos e práticas do capitalismo, pois as cidades urbanizadas independentemente de suas magnitudes e

origens têm nesse sistema as vertentes de funcionamento da sua capacidade “motora”. Neste sentido, Pereira e Carneiro (2020, p.463) evidencia que:

A espacialidade concreta do capitalismo é, desse modo, um terreno competitivo de lutas pela produção e reprodução sociais. Não é um acontecimento pontual, que ocorre de uma única vez, e sim um *processo contínuo*, que requer continuamente o estabelecimento de práticas sociais que visam tanto à manutenção e reforço da espacialidade existente, quanto à reestruturação ou revolução da mesma. (Grifo do autor)

Por essa razão, a cidade torna-se o local onde esse sistema econômico se coaduna em meio as constantes reproduções espaciais, que por sua vez, é uma das especialidades das cidades. Uma vez que, os núcleos urbanos tendem a exercer uma amplificação de seus espaços, gerando especialidades, e esse fenômeno urbano está sempre em fase contínua. Diante disso, afirma Limonad (2011, p.149):

As transformações socioespaciais na distribuição das atividades produtivas e da população, materializadas espacialmente *como formas de desenvolvimento urbano*, em diferentes níveis e escalas, seriam resultantes tanto lógica da ação do Estado, de distintos capitais (empresas), entre os quais o industrial, agroindustrial e em particular o imobiliário, quanto das estratégias de localização e distribuição da força de trabalho. (Grifo nosso)

Assim, o desenvolvimento urbano é associado diretamente com as bases capitalistas. O Estado e os meios de produção que compreendem máquinas, terras, instalações de indústrias fazem vigorar o capitalismo. E, no mesmo âmbito transformam as relações sociais e espaciais seja em grandes centros urbanos, em cidades médias e pequenas.

Dito isso, existem várias definições para o termo cidade média, no entanto a maioria destes considera uma condição ontológica, do que se pode caracterizar como “média” ou “porte médio”. Sobre essa temática Corrêa (2017, p.29) define:

A noção ou conceito de cidade média é de natureza relacional, envolvendo as relações com centros menores e maiores do que ela. Nesse sentido, a cidade média só pode ser compreendida como parte integrante de uma rede urbana. Esta é entendida como o conjunto de centros, hierarquizados ou funcionalmente especializados e com diversas dimensões demográficas, articulados entre si via fluxos materiais e não materiais.

Essa noção de cidade média na rede urbana, é uma condição prevista a partir do papel que aquela cidade tinha no âmbito do campo. Desse modo, surge como uma interligação do meio rural com o urbano (CORRÊA, 2017).

Sendo assim, o espaço urbano em geral numa sociedade capitalista é, como uma espécie de mercadoria e/ou produto também passível de debate. Esse debate permeia pelos que acreditam que o espaço urbano e o capitalismo trazem melhores opções, oportunidades de trabalho e de vida, como também a reprodução social, espacial flui de maneira benéfica proporcionando mais especialidades, infraestrutura e investimentos. E outros, que veem todo esse processo de capital, geração de lucro, renda, transformações sociais como manobra para apenas extrair lucros e juros (FONTES, 2021).

Para Santos, Braga e Braga (2012, p. 56) no que diz respeito às questões ambientais no capitalismo afirmam que:

A sociedade capitalista e o estado moderno são vistos como os maiores responsáveis pela degradação dos recursos naturais. Isto deve ao fato de ambos terem o crescimento e a acumulação de capital privado como princípios. Desta forma, verifica-se que a relação homem-natureza na sociedade moderna/industrial é fortemente moldada pela racionalidade instrumental do sujeito-homem sobre o objeto-natureza. A natureza é vista apenas como um mero recurso produtivo do sistema capitalista e o homem como um ser superior a própria natureza.

Os conflitos ambientais, políticos, econômicos e sociais são bem marcantes nas cidades, como citado antes. Uma vez que, com a expansão de áreas urbanizadas maior é a intervenção física. Além disso, as relações sociais, o aumento do uso do solo, dos recursos advindos do meio ambiente já pressupõe algum desgaste.

Apesar, desses conflitos a relação do capitalismo com as cidades no geral, geraram melhorias em questões estruturais, proporciona trabalho para sociedade e maior acesso a serviços. O que ocorre é a má execução das políticas públicas e dos planejamentos urbanos, ou planos diretores. Assim, promovendo problemas sociais (GOMES; PINTO, 2019).

1.3 O meio físico em áreas urbanas

A revolução da indústria alastrou-se disseminando seus efeitos mundialmente gerando aumento populacional, avanços no processo de urbanização, novas relações de consumo, com o espaço e conseqüentemente uma conflituosa relação com o meio ambiente. Gerando novas especificações e preocupações para a causa ambiental que em meio ao desenvolvimento urbano se mantém envolto de várias questões sociais e econômicas (MARTINE, 2013).

O debate sobre o meio ambiente está diretamente relacionado ao modo pelo qual as relações capitalistas direcionaram a sociedade na busca por produção de bens para facilitar suas condições de vida, que por sua vez gera impactos de ordem negativa aos recursos naturais.

Nesse aspecto, Cabral e Cândido (2019, p. 14) ressaltam que,

O fenômeno da urbanização como processo histórico tem sido afiliado ao crescimento econômico, à diminuição dos índices de fertilidade, a uma maior expectativa de vida, à maior longevidade da população e aos deslocamentos geoespaciais. O avanço da técnica e da ciência fez com que a informação ganhasse impulso e velocidade como nunca dantes ocorrera e alcançando espaços de difícil acesso. O próprio fenômeno da urbanização e o seu decorrente processo de expansão urbana são fomentos e objetos dessa aceleração das tecnologias, principalmente como resultado do que trouxera a Revolução Industrial.

O desenvolvimento dos estudos acerca das questões ambientais surgiu de organizações estudantis a favor da conservação do meio ambiente e com a publicação do livro “Silent Spring” de Rachel Carson, em 1962, sobre as revelações do uso do DDT (Dicloro-defenil-tricloreto), que ensejou os movimentos em favor das causas ambientais (MOREIRA, 2008).

A defesa do desenvolvimento humano foi abordada de maneira mais incisiva em 1990, objetivando criar um ambiente mais saudável, proporcionando melhores condições de vida para a população. Segundo Veiga (2006), abranger essa pauta no discurso ambiental potencializa as capacidades dos cidadãos no exercício de suas liberdades.

O termo desenvolvimento é regado de múltiplos sinônimos, sentidos que de certa forma emana a ideia de “engrandecimento”. O desenvolvimento humano numa esfera ampla requer a justaposição dos setores de saúde, educação, segurança, mobilidade habitação, sustentabilidade, todos aliados ao direito pleno de gozar das políticas públicas. Em espaços urbanos, principalmente, quando densamente habitados, alinhar os “setores” do desenvolvimento humano tem sido insuficiente. Sobretudo, porque nesses espaços em constante expansão atender a essas demandas essenciais é complexa.

Neste sentido, é humanamente viável para se desenvolver e zelar pela qualidade ambiental, genuinamente decisivo viabilizar saúde, bem-estar social e afirmar suas liberdades humanas. As ações antrópicas são continuadas, seja nos espaços urbanos ou rurais. A maior intervenção vista é conferida em áreas urbanizadas. Neste caso, os impactos de cunho ambiental e seus atributos são classificados quanto ao tipo, que podem ser benéficos ou adversos, quanto ao modo (direto ou indireto), quanto à sua magnitude (pequena, médio ou de grande intensidade), quanto à duração (temporário, permanente

ou cíclico), quanto ao alcance (local, regional, nacional ou global), quanto ao efeito (imediate, médio ou longo prazo) e se é possível reversibilidade, (FENKER, 2011).

Partindo destes princípios, Moreira (2008, p. 2) assegura que:

[...] o conceito de ambiente como relações dos homens com a natureza para preservação dos recursos naturais em processos de desenvolvimento sustentável, podemos entender o ambiente urbano como relações dos homens com o espaço construído e a natureza nas aglomerações de população e de atividades humanas. O espaço construído é o resultado da profunda transformação do ambiente para adequá-lo às necessidades da aglomeração, e para transformá-lo em habitat da população e das atividades humanas aglomeradas. Falta-nos, entretanto, definir a natureza das relações constitutivas do ambiente.

A caracterização da cidade, como um lugar urbano é fomentada pela expansão espacial e pelo crescimento econômico. A visão exacerbada da dominação do homem sobre os recursos naturais, apenas para atender suas necessidades ainda é muito presente. Embora, a sociedade tem noção do quanto a falta de qualidade ambiental está intrinsecamente relacionada ao seu bem-estar (BRAGA, 2018).

Dito isso, Acsehrad (2014, p.117) avalia:

A noção de meio ambiente urbano é uma inovação discursiva que veio designar problemas relativos ao sistema de interações entre processos socioecológicos, assim como às distintas práticas espaciais desenvolvidas pelos sujeitos sociais da cidade.

Os procedimentos vindos da urbanização caracterizam a sociedade moderna e este processo nos induz a refletir sobre a nossa atualidade e trata-se de uma reflexão que concebe às ações humanas um teor elevado de responsabilidade sobre a atual situação do meio natural.

A síntese do Relatório de Desenvolvimento Humano, do ano de 2019, avalia que há intensas desigualdades que dificultam a atuação da agenda ambiental. No século XXI, numa perspectiva geral, o futuro pertence a nós, então cabe à sociedade moderna agir mediante as mazelas das desigualdades. No sentido de que essa movimentação pode ser crucial para tornar a vida melhor e mais saudável. Sem essa mobilização aumentará as desigualdades, podendo diminuir medidas em prol ao meio ambiente.

Segundo Martine (2007, p. 181-182), “a maneira pela qual o crescimento urbano evolui nesta competição econômica globalizada terá um impacto enorme no futuro da humanidade”. As cidades são, constantemente, alvo de alterações estruturais, neste sentido o desenvolvimento tecnológico e o viés econômico são determinantes na ação transformadora das cidades, e do espaço urbano.

No perímetro urbano, pode ser identificado vários impactos tais como a poluição do solo, a partir do descarte de lixo em áreas indevidas, lançamento de resíduos líquidos, domésticos ou industriais em seu modo contínuo (FENKER, 2011).

Além da contaminação do solo, lençóis freáticos, compactação do solo ocasionando sérios problemas de drenagem e causando inundações, emissão de gases tóxicos e poluição sonora. Há uma série de disparidades entre as interações genuinamente naturais e as humanas. O ecossistema urbano é volátil, é feroz, devastador e progressivo. O homem detém o controle, as direções e a natureza nos insumos (ABIKO; MORAES, 2009).

No meio econômico há um grande incentivo para se empreitar novas obras e, nesse aspecto a construção civil é responsável pelos reflexos vistos no local e na região, onde são instalados e as suas demandas afetam diretamente o meio ambiente, não somente o natural, mas também social e econômico (SPADOTTO *et al.*, 2011).

Falando em sustentabilidade no âmbito urbano, Zambam e Santos (2020, p. 148) afirmam que:

Constata-se que desenvolvimento sustentável possui abordagem multidimensional e se entrelaça com o desenvolvimento econômico, ético, social, jurídico, ao passo que a sustentabilidade se torna um critério norteador para as relações sociais, em que a base para a transição a esse modelo alternativo de desenvolvimento deve estar atrelada à democracia.

Com efeito, percebe-se que aplicar, ou fazer acontecer o desenvolvimento sustentável envolve uma série de políticas e questões sociais. Ao contrapor-se ao viés da sustentabilidade estão inúmeras insuficiências, demandas e complexidades do ambiente urbano.

Desse modo, cabe ressaltar que os impactos ambientais em áreas urbanas revelam não somente danos provocados pela urbanização ou pelos procedimentos da construção civil. Deve-se observar que o principal agente modificador do espaço é a sociedade e a sua condição perante a este processo, neste sentido, é importante considerar os problemas sociais vigentes nesse meio e não utilizar somente critérios do meio econômico, mas também os aspectos educacionais e de fragilidade social.

Os procedimentos realizados pela construção civil devem inserir, previamente, à obra um estudo sobre a área a ser transformada, a reinvidicação é feita por parte das leis ambientais federais, que por sua vez devem ser aplicadas nas atividades realizadas pelas

construtoras, essa proposta diz respeito à necessidade da realização de estudo prévio de impacto ambiental que podem acometer a área em questão (DEGANI, 2003).

Apesar do país ser internacionalmente conhecido pelas suas belezas naturais, a prática do comportamento sustentável e os preceitos da educação ambiental não são devidamente aplicados. Segundo Silva e Oliveira (2020, p. 6) a:

[...] Educação Ambiental, pelo seu caráter interdisciplinar, é um relevante instrumento para o desenvolvimento e a prática de políticas norteadas à melhoria da qualidade de vida, sobretudo nos grandes centros urbanos.

Sendo assim, é importante tomar as vertentes sustentabilidade, educação ambiental complementar e utilizar dos demais conceitos vinculados a um sistema de planejamento urbano que traga eficácia. Nesse aspecto, para Martine (2013 p.188) “usar o espaço de maneira mais sustentável é fundamental para o futuro da humanidade”.

A difusão da urbanização e, conseqüentemente, da expansão de grandes cidades são lugares de intensos processos sociais, dentre eles pode-se pontuar a acumulação de capital e a reprodução social, pautada na visão sistematicamente capitalista (CORRÊA, 2005).

Reproduzindo, assim, a valorização do processo de urbanização e suas especialidades vitais que são grandes impulsionadores dos impactos ambientais em áreas urbanas, bem como, a má gestão desses recursos, ocasionando sérios desequilíbrios à natureza. Assim, Abiko e Moraes (2009, p.06), evidenciam que:

Ao mesmo tempo em que os centros urbanos ganham indiscutível protagonismo econômico e político, afirmando-se como espaços territoriais mais propícios à criação de riqueza e de emprego e como os meios mais criativos e inovadores, eles também são dotados de um conjunto significativo de aspectos negativos associados à sociedade atual, tais como a degradação ambiental, a exclusão social, a insegurança e os congestionamentos de tráfego.

No que diz respeito às medidas voltadas para redução de ocorrências dos impactos ambientais vindos da construção civil, as construtoras devem buscar alternativas que minimizem esses danos e utilizar materiais que possam ser reaproveitados e adotar novas concepções sobre a matéria prima empregada e sobre a forma de utilizá-la. A urbanização desenfreada e a população residente nessas áreas estão aumentando de forma considerável.

Entender o funcionamento e o encaminhamento do atual espaço urbano requer uma análise acerca dos processos históricos. O tempo, esclarece o processo, as decisões tomadas e nos faz refletir sobre a atualidade. Da mesma forma, ocorre com os espaços físicos criados no passado de modo a caracterizar toda uma época, um povo, o meio ambiente e um local.

Portanto, o capítulo seguinte possui tendências histórico-geográficas afim de esclarecer os meios pelos quais a cidade de Florianópolis foi fundada, desenvolvida, diante de seus aspectos sociais, culturais, econômicos para então subsidiar discussão sobre a reprodução espacial vista na cidade.

CAPÍTULO 2. CARACTERIZAÇÃO DE FLORIANO, PIAUÍ: UMA PERSPECTIVA HISTÓRICA DA REPRODUÇÃO DO ESPAÇO

2.1 Floriano, Piauí: breve comentário sobre sua história

O município de Floriano, Piauí situa-se na área das chamadas sesmarias concedidas pelo Coroa Lusa em 1676 a Domingos Afonso Mafrense, que por sua vez, fundou as primeiras fazendas de gado no Piauí. A pecuária, se tornou a principal atividade econômica da época. Logo, após o falecimento de Mafrense em 1711, as áreas agrícolas foram doadas para os Jesuítas.

Historicamente, Floriano teve grande influência no processo de povoamento do Estado do Piauí, assim como afirma Filho (2013, p. 24):

Fica, portanto, evidenciada a primazia da colonização e do povoamento do Piauí pela Casa Torre dos Garcia d' Ávila, *especialmente através de Domingos Afonso Mafrense*, seu irmão Julião Afonso Serra e Bernardo Pereira Gago, que tocando suas boiadas, foram se internando pelos altos sertões piauienses fazendo novas conquistas. Estes primeiros povoadores transportaram para as novas terras todo o gado que possuíam nas margens do rio São Francisco e, em poucos anos tornaram-se senhores de vastas e ricas fazendas de criação de gado. (Grifo nosso)

A pecuária, exerceu um papel fundamental na ocupação do interior do Nordeste brasileiro, mesmo em áreas de caatinga e de cerrados localizados nos Estados do Piauí e da Bahia. Embora, as condições climáticas do semiárido fossem complicadas houve uma extensa expansão da pecuária nas regiões citadas. As primeiras ocupações registradas, ocorreu na segunda metade do século XVII, e essas ocupações estavam dispostas em torno em alguns afluentes da bacia do rio Parnaíba (RUFO; SOBRINHO, 2015).

Com a expulsão dos Jesuítas do país anos depois, mais precisamente em 1760, as fazendas passaram a pertencer ao Estado, e logo foram divididas em três inspeções denominadas de Canindé, Nazaré e Piauí (GANDARA, 2008).

A partir disso, as propriedades agrícolas que pertenciam a Domingos Afonso Mafrense, ficaram conhecidas como fazendas do fisco, logo depois de fazendas nacionais e posteriormente de fazendas estaduais. Anos depois, mais precisamente em 1873 após o desmembramento da inspeção de Nazaré, com um total de cinco fazendas ocorreu então a formação da Colônia Rural São Pedro de Alcântara criada a partir do decreto Imperial nº 5.392 de 10 de setembro de 1873 (PREFEITURA DE FLORIANO, 2018).

A liderança da idealização dessa colônia, foi o agrônomo piauiense Francisco Parentes, que havia sido comissionado pelo Ministério da Agricultura para pesquisar sobre as condições da criação de gado no Piauí. Dito isso, na segunda metade do século XIX, em meio ao impacto econômico ocasionado pela abolição dos escravos que estava prestes a acontecer, o Piauí foi um dos estados brasileiros a receberem tentativas de implantação de núcleos coloniais (GANDARA, 2008).

O agrônomo Francisco Parentes, agiu como intermediador de um projeto educacional, onde oferecia o acesso ao conhecimento das áreas de português (as letras do alfabeto), química, física, música, ensino de religião, além de ensinar ofícios de mecânica, técnicas do campo, a feitoria de vestimentas, trabalhos com o couro, e fabricação de laticínios em fazendas nacionais e a criação de uma colônia.

Figura 1 – Antiga sede da Escola Agrícola



Fonte: A autora, 2021.

O edifício utilizado como escola para ensinar escravos libertos, conforme a Lei do Ventre Livre de 1871, objetivando assegurar educação para filhos de escravos libertos (PORTAL IPHAN, 2018). Por conseguinte, pessoas libertas do regime escravagista poderiam ter acesso a escola, e em troca propunha aproveitar sua mão-de-obra. Francisco Parentes, escolheu a área localizada bem as margens do rio Parnaíba para a sede da Colônia. Neste local, já havia uma rampa, uma espécie de porto fluvial (PREFEITURA DE FLORIANO, 2018) (Figura 1).

Com a ascensão populacional da colônia, em 1887 tornou-se uma vila e logo depois em 1897, em detrimento da Lei 144, de 8 de julho desse mesmo ano, se tornou uma cidade denominada Floriano, em homenagem à Floriano Peixoto (MÁXIMO, 2015). Segundo (GANDARA, 2008), a cidade de Floriano surge com um aumento exponencial do seu comércio em torno do estabelecimento rural São Pedro de Alcântara.

Informações do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico (IPHAN, 2015), a respeito da relevância do patrimônio rural do interior do Estado do Piauí, destaca que o Estabelecimento Rural São Pedro de Alcântara, marca o pioneirismo da ocupação do interior do Brasil nos séculos XVII e XIX.

No século XIX, a pecuária, a agricultura eram atividades econômicas de grande importância. O rio Parnaíba é o maior rio genuinamente nordestino, que também era imprescindível para o desenvolvimento da economia piauiense. Além disso, o rio tinha forte influência na cultura e no lazer (FILHO, 2013).

A navegação marcou a chegada de um novo tempo no cenário cultural, que foi rapidamente incorporado aos hábitos das cidades. A capital Teresina, as cidades de Floriano, Amarante, Parnaíba e outras foram as percussoras da introdução de produtos, ideias, informações vindas de outras cidades brasileiras, do continente europeu e dos Estados Unidos, em função do tráfego de passageiros (REGO, 2010).

Sobre o novo tempo, Gandara (2008, p.171) afirma que:

O novo século anunciava-se..Oferecia a quantia de seis contos de réis anuais à empresa ou companhia de vapores que, mediante contrato, fizesse a navegação da cidade de Floriano até a vila de Uruçuí, e doze contos de réis anuais para levar a navegação do porto de Floriano ao da Vila de Santa Filomena.

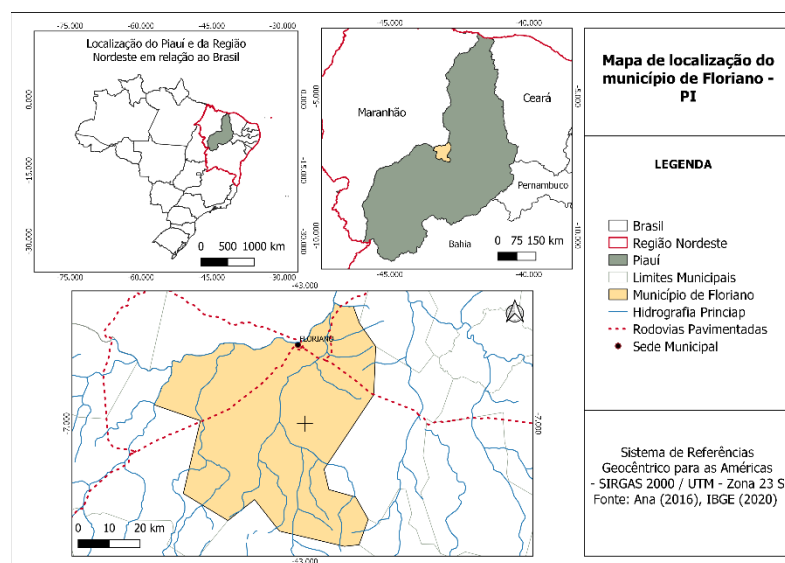
A navegação a vapor, se tornou uma grande aliada do desenvolvimento social, urbano e econômico de Floriano. O rio, além de trazer integração comercial, fornecia também dignidade social, econômica e política. No sentido de que a cidade já não estava mais isolada, mas mantendo relações com o meio circundante, estabelecendo laços próximos ou longínquos (GANDARA, 2008).

A interligação promovida pelo rio Parnaíba, obteve alcances no setor comercial, influenciando o modo de publicidade, promoveu possibilidades de mais conhecimento com as trocas culturais, com notícias vindas de outros lugares e além trazer mais variedade de artigos de vendas para a cidade. O rio Parnaíba e os cenários históricos deste período representam a cultura, o saber e a história de Floriano, além de apontar entendimentos sobre a atual configuração da cidade e entender as transformações passadas, que serão abordados em seguida.

2.2 Floriano e suas conexões com o rio Parnaíba e seu patrimônio histórico

Floriano é uma das cidades do interior do Piauí com grandes perspectivas para o desenvolvimento urbano, social e econômico. A atribuição pode ser inicialmente explicada pela privilegiada localização geográfica, onde todo o processo de expansão cidadina ocorreu às margens do rio Parnaíba.

Figura 2 – Mapa do Município de Floriano



Fonte: Elaborado por Mariana Ramos Fontenele, 2021.

A Lei complementar estadual nº 87, de 22 de agosto de 2007 (SANTOS, 2015), estabelece a divisão territorial do estado do Piauí, estando o município de Floriano localizado na macrorregião 4, denominada cerrados, fazendo referência a vegetação presente no sul do estado. Essa divisão abrange toda a parte da zona fisiográfica do médio Parnaíba (SANTOS, 2015).

Fundada em 1873, Floriano situa-se à margem direita desse mesmo rio Parnaíba em frente à cidade de Barão de Grajaú, Maranhão, ficando distante 240 km de Teresina, capital do estado do Piauí. No século XX, o rio Parnaíba possibilitou que a cidade de Floriano se destacasse na atividade comercial. O principal corpo d'água que corta a região servia de ponto de escoamento de mercadorias vindas do Maranhão, de outras cidades do Piauí e do Pará. Nos registros constam que os processos históricos de ocupação urbana da cidade Floriano ocorreram de forma vagarosa (IBGE CIDADES, 2010).

A travessia de Floriano para a cidade maranhense Barão de Grajaú era feita por meio de embarcações, como pode ser visto abaixo.

Figura 3 - Travessia de Pontões\ Carros (1957)



Fonte: Portal de Floriano, (2006).

Automóveis eram conduzidos através de um transporte chamado na época de “pontão” vindos da cidade de Barão de Grajaú (MA) para Floriano. Na imagem, ainda podemos observar o uso como forma de lazer, onde pessoas iam se refrescar nas águas do Parnaíba (Figura 3).

Figura 4 - Barcas de Barão de Grajaú para Floriano



Fonte: A autora, 2021.

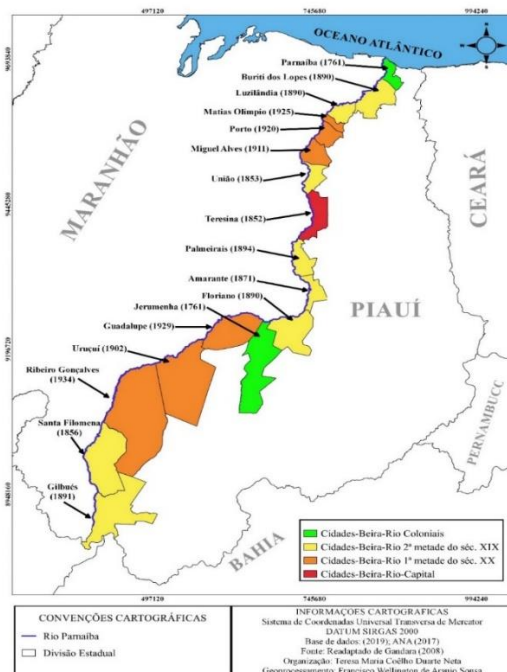
Atualmente, o rio Parnaíba nessa extensão de Floriano – PI e Barão de Grajaú – MA, ainda é utilizado para fins de transporte de passageiros, para atividade pesqueira, e lazer. De acordo com Gandara (2008), a cidade Floriano é uma das cidades-beiras, que consiste em um local que apresentam características de origem às margens de um rio. Além disso, o rio segue sendo um ponto de conexão entre Floriano e Barão de Grajaú, Piauí e Maranhão (Figura 4).

Para Bezerra e Melo (2014), os rios e outros elementos naturais são relevantes não apenas do ponto de vista ambiental e ecológico, evidenciam-se como marcos culturais da paisagem local, se tornando patrimônios para a cidade. Neste sentido, afirma FONSECA e CAROLA (2017, p.139):

Recurso literário, recurso natural, recurso econômico, mito, fonte de lembranças, torrente de emoções, a simples menção da ideia de rio remete a uma torrente de evocações simbólicas. O rio sempre é mais do que é dito sobre ele.

Sendo assim, as cidades com fortes relações com um rio, considerando suas origens nesse corpo d'água, estabelecem relações que podem ir além do seu uso como atividade econômica.

Figura 5 - Mapa das cidades – beiras Piauienses



Fonte: Readaptação Gandara, 2008.

O elemento natural traz representatividade para um local, uma cidade, região ou país. Na readaptação do mapa abaixo, sobre as cidades piauienses chamadas de “cidades-

beiras” GANDARA (2008), indica as cidades-beira-rio coloniais da segunda metade do século XIX e de meados do século XX (Figura 5).

Para Floriano, o rio Parnaíba no século XIX representava a força do local, despontava por agentes econômicos, pelo setor comercial e logo depois especializou-se no setor de serviços, tornando-se a terra das oportunidades (PROCÓPIO, 2006).

O cais do porto de Floriano, no ano de 1957 era o local aonde as mercadorias chegavam, eram apanhadas e também escoadas.

Figura 6 - Antigo Cais 1957



Fonte: IBGE Cidades, 2010.

Figura 7 - Mercadorias\ Carregadores 1957



Fonte: IBGE Cidades (2010).

O cais do porto, apresentado pelas revelava um rio mais caudaloso, uma vegetação mais preservada, e pequenas canoas, barcas e embarcações às suas margens. Os carregadores estão à espera de mercadorias com seus cavalos, jumentos e seus jacás, que é uma espécie de baú colocado sobre os animais para que possam levar mercadorias, água, etc (Figuras 6 e 7).

Já a configuração do atual cais apresenta características remontadas da época, no entanto mais moderna e com fins diferentes.

Figura 8 - Cais de Floriano 2021



Fonte: A autora (2021).

O cais é o ponto de visitação e reunião de Floriano. Local, que em meio a edifícios históricos contempla a modernidade nos eventos culturais como o de cinema, vídeo, teatro, festas carnavalescas, com muitos bares e restaurantes ao seu entorno (Figura 8).

Voltando aos tempos da ascensão econômica do rio Parnaíba no final do século XIX, assim explicita Gandara (2008, p.195):

[...] o transporte fluvial no rio Parnaíba influenciou no conjunto das atividades humanas pelo seu traçado e equipamentos. Nenhum outro elemento desempenhou papel tão determinante na estrutura e na configuração socioespacial do estado do Piauí do que os navios a vapor.

Floriano, era o ponto principal de escoamento de mercadorias da agricultura (milho, mandioca, feijão, arroz em especial). Economicamente, o Piauí era destaque pela prática do extrativismo de borracha da maniçoba, cera de carnaúba e do coco babaçu, com escoamento pelo rio Parnaíba. A pecuária e a produção de cereais também geraram grandes marcos econômicos para a cidade de Floriano (SANTOS, 2019).

A estrutura natural proporcionada pelo rio ofereceu grandes avanços, impulsionando o comércio, que veio a se consolidar ao longo dos anos. O desenvolvimento econômico em Floriano tem como base o setor comercial com o pioneirismo de famílias de origem árabe (NUNES, 2013).

De acordo com Procópio (2006), famílias de origem síria e árabe chegaram por volta de 1889. A atividade de trabalho, inicialmente, difundida por esses imigrantes era a mascateação, comercializando especiarias, itens de decoração, chapéus, tecidos que eram vendidos nos espaços urbanos de Floriano. Os empreendimentos de famílias árabes,

rodeavam o centro, mas especialmente na rua São Pedro onde havia maior concentração delas.

Figura 9 - Rua São Pedro de Alcântara na década de 1950



Fonte: IBGE Cidades, (2010).

A estética da Rua São Pedro de Alcântara, um ponto comercial especializado em tecidos, artigos de costura, mercearias e quitandas. Considerando o perfil histórico desses imigrantes no campo mercantil, a vida do comércio da cidade logo foi ganhando força, suas tradições foram incorporadas na estética da cidade de Florianópolis, promovendo transformações físicas, na cultura e na culinária (PROCÓPIO, 2006). A rua São Pedro atualmente (2021), segue com algumas referências arquitetônicas características do passado. Mas, como afirma Gandara (2015, p. 230) “a cidade toma a forma do tempo”, como pode apreciar (Figura 9).

Figura 10 - Rua São Pedro 2021



Fonte: A autora, 2021.

A configuração atual da rua São Pedro, reforça que a cidade, a sociedade e os meios de produção fazem o seu espaço. Os edifícios históricos, apesar do tempo,

continuam remetendo à sua história, e na rua em questão ainda existe o costume de encontros e permanece como um ponto comercial e histórico da cidade. Segundo (PROCÓPIO, 2006), nas imediações da rua São Pedro de Alcântara havia muitos armarinhos nas décadas 1950 e 1960, atualmente ainda existem armarinhos, inclusive comandados por famílias com descendência árabe. O espaço atual ainda é dividido entre lojas de vestimentas, clínicas odontológicas, serviços bancários, lojas de discos, lanchonetes e um edifício do Rotary Clube (Figura 10).

Para comemorar o centenário da imigração árabe em meados de 1989 reproduziram um cartaz afim de convidar a população da cidade para a celebração nos dias 26, 27 e 28 de julho (UESPI, 2017).

Figura 11 - Cartaz do centenário da imigração Árabe



Fonte: UESPI, 2017.

A reprodução publicitária da festa na rua São Pedro em 1989, local onde famílias inteiras comercializavam produtos, remete a um local de convivência, onde pessoas se encontravam, local de muitas histórias e de representatividade para aqueles que construíram. As famílias de origem síria e árabe em Floriano tiveram participação ativa em vários segmentos da economia da cidade. Dito isso, as famílias detinham negócios não somente em torno do comércio, mas também na área da saúde com a fundação de laboratórios de análises clínicas, consultórios médicos e odontológicos. Vale ressaltar, que esses estabelecimentos comerciais e de saúde permanecem em funcionamento até hoje (Figura 11).

Além de tecnologia da época a navegação possibilitou inovação e novas formas comunicar-se, facilitando a venda a partir de novas formas de fazer publicidade. Assim temos, a publicidade no carnaval, considerada a maior festividade da cidade, nos anos de 1930, realizada pela empresa, consolidada em Floriano o “Laboratório Sobral”.

Figura 12 – Publicidade do Carnaval em Floriano 1930



Fonte: Portal de Floriano, 2006.

A Praça Dr. Sebastião Martins em 1930 revela o apreço pela festa carnavalesca, que anos depois se tornaria uma das maiores do estado. O Laboratório Industrial Farmacêutico Sobral, responsável pela publicidade retratada foi fundado em 1911 na cidade de Amarante – PI, sendo transferido para Floriano em 1925, se tornando uma das indústrias do ramo farmacêutico do Piauí (SOBRAL, 2020) (Figura 12).

O carnaval atual da cidade de Floriano, segundo a prefeitura do município “[...] é o momento do ano que mais aquece a economia local e gera renda para muitas famílias”. Em 2020, as festividades do período de carnaval registraram em um dos eventos públicos aproximadamente 40 mil pessoas (SANTANA; MOURA, 2020).

Figura 13- Carnaval de Floriano em 2020



Fonte: G1 – Piauí, 2020.

O carnaval, é umas das festas mais tradicionais de Floriano, com quatro dias de eventos promovidos pela Prefeitura Municipal nas áreas centrais e no cais da beiro rio.

Além, de pequenos blocos formados por familiares promovidos em seus bairros, matinês em clubes, desfiles de escola de samba que movimentam a cidade neste período (PREFEITURA DE FLORIANO, 2020) (Figura 13).

Os eventos atuais em sua maioria ocorrem nas proximidades do rio, que é um elemento natural, determinante na simbiose cultural, tradicional e na vivência de uma sociedade. Sendo assim, a diversidade de interações sociais aliadas ao meio natural, organizou toda uma historicidade que, por sua vez, foi se transformando a partir do sistema econômico vigente na cidade (CALVO, 2013).

De acordo com Park (1967, p. 29, *apud* GANDARA, 2008, p. 258):

A cidade é um estado de espírito, um corpo de costumes e tradições e dos sentimentos e atitudes organizados, inerentes a esses costumes e transmitidos por essa tradição. [...]. Está envolvida nos processos vitais das pessoas que a compõem; é um produto da natureza, e particularmente da natureza humana.

Em síntese, o desenvolvimento econômico da cidade revela que os elementos pelos quais a fez prosperar, apesar de transformados ao longo do tempo estarão sempre enraizados na cultura, e nas tradições de seu povo. A igreja de São Pedro de Alcântara, por exemplo é um marco da história da cidade. Pois, ao seu entorno que o centro econômico visto hoje se expandiu.

Figura 14 - Igreja de São Pedro de Alcântara 1957



Fonte: IBGE Cidades (2010)

O primeiro edifício da Igreja de São Pedro de Alcântara foi construído em 1775, e em 1922 foi inaugurado o novo templo do padroeiro com essa estética que vemos hoje (PORTAL FLORIANO, 2006) (Figura 14).

Figura 15 – Igreja São Pedro de Alcântara 2021



Fonte: A autora, 2021.

A igreja do santo padroeiro de Floriano, é um dos símbolos do centro da cidade, preserva os traços, e a arquitetura de 1922, ano de sua inauguração. Aos arredores dela, existem variados estabelecimentos e o local é um dos elementos patrimoniais que caracterizam Floriano (PROCÓPIO, 2006) (Figura 15).

Os festejos religiosos são uma tradição em muitas cidades pelo Brasil. Em Floriano, destacamos os festejos do santo padroeiro São Pedro de Alcântara, e o festejo de São de Francisco de Assis na igreja Ibiapaba. Outro grande evento religioso, marca a semana santa de Floriano a representação teatral da Paixão de Cristo, realizado por um grupo de teatro local, apoiado pelo governo municipal e estadual (PREFEITURA DE FLORIANO, 2018), (MATOS, 2021).

Figura 16 – Paixão de Cristo em Floriano



Fonte: JT News, 2021.

Paixão de Cristo acontece em um espaço aberto que reproduz a estética da época da Judeia e Jerusalém do ano de 33 a. C. A cidade cenográfica, nome do teatro onde ocorre a peça, possui uma área de 55 mil metros quadrados, cercada

por uma muralha rochosa, o local é considerado o segundo maior teatro em espaço aberto do Brasil, localizada nas proximidades da rodovia PI 140 (PORTAL CIDADE VERDE, 2018) (Figura 16).

Figura 17- Cidade Cenográfica



Fonte: Portal cidade verde, 2018.

O espaço da cidade cenográfica conta ainda com uma sala de vídeo\audiovisual, biblioteca, camarins para os atores. Este espaço e outros locais como a usina “Eléctrica”, atual Espaço cultural Maria Bonita são palcos de festivais de teatro, cinema e vídeo que ocorrem anualmente na cidade.

Figura 18 – Usina “Eléctrica”



Fonte: Patrimônios piauienses, 2021.

A inauguração da usina “eléctrica” de Floriano em 1924. Antes disso, funcionava como uma capela de São Pedro de Alcântara. Segundo informações do IPHAN (2015)

esse evento visto na (Figura 18), ocorreu no dia 06 de fevereiro de 1922, o Intendente Antônio Luiz de Área Leão conseguiu um convênio para a instalação de uma máquina geradora de luz elétrica para Florianópolis. E em 1924 foi realizada a inauguração. Atualmente o local funciona com o nome de Espaço Cultural Maria Bonita.

Figura 19 – Atual Espaço Cultural Maria Bonita



Fonte: A autora, 2021.

O Espaço Cultural Maria Bonita, funciona como teatro, um palco para apresentações artísticas diversas. O local, funciona como uma espécie de museu de objetos históricos e é um dos locais que recebem as atrações anuais do Festival de Cinema e Vídeo. Sobre o tempo e os espaços históricos afirma Pasavento (2020, p. 213):

Todo traço do passado possui em si uma sucessão de temporalidades objetivas acumuladas, ou seja, as marcas da passagem dos anos e do seu uso e consumo pelos atores sociais que percorreram este espaço. Mas, embora seja importante datar estas camadas históricas, como por exemplo, no caso de um determinado espaço construído, importa também atingir as temporalidades subjetivas que este espaço urbano contém, dado pelas experiências do vivido, pelos sentidos conferidos a este espaço, tornando-o qualificado, como um lugar no tempo. Trata-se antes, pois, de tentar atingir, ou mesmo resgatar a capacidade evocativa e de significação que cada fragmento do passado possa oferecer à recriação imaginária de uma cidade. Ou ainda, o quanto de memória, história e sentido ele possa invocar.

Os espaços históricos de Florianópolis, estão sendo usados para propagar cultura através de eventos de vídeo, teatro e música. As ruas do cais da beira-rio, como demonstrado recebem um elevado número de pessoas em períodos de carnaval, e em outras comemorações. Ruas, edifícios, praças e o cais tornam-se palco de festividades e apresentações culturais contemporâneas, dando novos usos a esses espaços (Figura 19).

2.3 A Reprodução do Espaço da atual Floriano: aspectos populacionais, educacionais e comerciais

Em um espaço temporal relativamente curto viu-se cercada por estruturação urbana, e então passou a ser alvo diário da migração pendular das cidades mais próximas, em função da oferta de serviços diversos. Além desse tipo de migração, a cidade recebe pessoas que buscam educação e trabalho, e por este motivo residem em Floriano por longos períodos (SANTOS, 2019).

Tendo em vista, a ampliação, estruturação as rodovias foram construídas no Piauí favorecendo o desenvolvimento econômico, social e político. Na cidade de Floriano, existem três grandes rodovias, duas federais (BR 230 e BR - 343) e uma estadual (PI-140).

A rodovia (PI -140) dá acesso ao município de Itaeira, Canto do Buriti, Dirceu Arcoverde, na divisa do Piauí com a Bahia (GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ, 2005). A rodovia (BR-343) liga a cidade de Luís Correia à Bertolândia, passando também por Floriano, já a (BR – 230) une a divisas entre Ceará e Piauí (PI/CE), Piauí e Maranhão (PI/MA) (Floriano/ Barão de Grajaú), passando ainda por Picos e pela cidade de Oeiras.

Desse modo, a cidade de Floriano está disposta em um grande ponto de confluência de rodovias, assim favorecendo seu escopo de circulação (IBGE, 2016). Outro ponto de ligação entre Floriano e a cidade maranhense de Barão de Grajaú, foi a construção da ponte sobre a rio Parnaíba inaugurada em 1978, no dia 27 de setembro (FLORIANO NEWS, 2011).

Contudo, o censo demográfico realizado em 2010, a população total de Floriano é de 57. 690 habitantes, sendo 7. 720 pessoas vivendo na zona rural e 49. 970 pessoas residentes na zona urbana. O IBGE (2020) divulgou estimativas populacionais para o ano de 2020, os dados revelam que Floriano possui 60. 025 habitantes (IBGE, 2020).

Com a população majoritariamente urbana, a demanda por serviços e estruturação desse ambiente é abissal. A reprodução do espaço urbano se intensifica com o desenvolvimento econômico e este espaço torna-se flexível as transformações. Tais mudanças foram construindo a cidade que vemos hoje, e com o aumento das demandas sociais, bem como espaciais a tendência é que o número de pessoas se eleve, em função das oportunidades socioeconômicas advindas do setor comercial e educacional.

Tabela 1- Área e População em 1991, 2000, 2010, 2018, 2020

Unidade Geográfica	Área Territorial Km ²	População (n° de pessoas)				
		1991	2000	2010	2018	2020
Brasil	8. 510. 345. 538	146.825.475	169.798.885	190.755.799	208.494.900	211,8 M.
Nordeste	1.554.291.144	42.497.540	53.741.426	53.081.950	56.760.780	57.147.912
Piauí	251.755.485	2.582.137	2.843.278	3.118.360	3.264.531	3.281.480
Floriano	3.407.979	51.494	54.591	57.690	59.840	60.025

Fonte: IBGE, 2020.

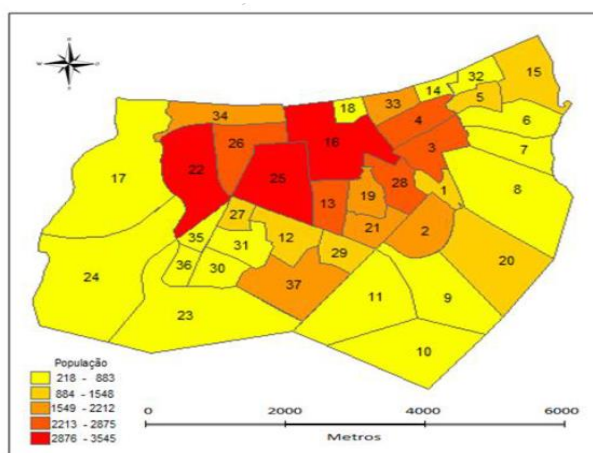
Os dados apresentam um crescente aumento da população no Brasil, no Nordeste, no Estado do Piauí e no município de Floriano. Dito isso, é possível verificar que Floriano (PI) possui uma certa consistência de aumento da sua área de território, como também do número de pessoas residentes no município a partir do ano 1991 a 2020.

O Estado do Piauí, entre os anos 1991 e 2020 apresenta estimativa populacional de 3.281.480 em 2020. No entanto, segundo estes dados comparados com os demais estados brasileiros possui o menor índice de crescimento da população, com cerca 0,25% (IBGE, 2020).

Já a população total brasileira em 2020 é de 211,8 milhões, aumento de 0,77% em relação ao ano de 2019 que conferia 210.147.125 pessoas (IBGE, 2021). As informações abordadas acima sobre o município de Floriano, a respeito de população e área territorial, podem ser explicados a partir dos incentivos econômicos que a cidade ao longo dos anos vem recebendo. Esses investimentos em maior escala circundam as áreas do setor imobiliário, comércio e educação (SANTOS, 2019) (Tabela 1).

Os bairros da zona urbana de Floriano, foram subdivididos em 37 bairros, conforme estabelece a Lei Municipal 504\ 2009, de 21 de setembro de 2009 (SANTOS, 2015). Segundo o IBGE (2010) a cidade possui na verdade 40 bairros, no entanto a representação vista abaixo revela dados sobre aspectos populacionais e espaciais da cidade.

Figura 20- População em bairros de Florianópolis \ Lei 509 2009



1-Cancela	10-Nossa Sra. Daguia	18-Bosque Santa Teresinha	26 – Irapuá – I	34- São Cristóvão
2-Tiberão	11-Alto da Guia	19-Curador	27-Cj.Pedro Símplicio	35-Cj. Paraíso
3-Sambaíba Nova	12-São Borja	20-Bom Lugar	28- Catumbi	36 – Cj. Hermes Pacheco
4-Sambaíba Velha	13-Caixa D'água	21-Pau Ferrado	29-Viazul	37- Tamboril
5- Alto da Cruz	14-Matadouro	22-Irapuá II	30- Campo Velho	
7-Vila Leão	15-Riacho Fundo	23-Meladão	31- Morro do Tiro	
8-Canoas	16-Centro	24-Rede Nova	32- Juá	
9-Curtume	17-Taboca	25- Manguinha	33- Ibiapaba	

*Foram excluídos os bairros Santa Rita, Cajueiro – II e Princesa do Sul.

Fonte: IBGE, 2010.

Fonte: SANTOS, (2015, p. 23)

A Lei 509/2009 apresenta a população em bairros contemplando apenas 37 bairros. Sendo assim, nas imediações do centro da cidade os bairros são menores, no entanto, apresentam maior cobertura de infraestrutura urbana, como ruas com calçamentos, pavimentação asfáltica e esgotamento sanitário. Já os bairros com maior distanciamento das áreas centrais tem maior área territorial e em sua maioria possuem pavimentação poliédrica.

A representação sobre população nos bairros, apresentam maior índice populacional em áreas próximas ao centro comercial da cidade, e pontos mais vazios em locais mais afastados do centro. Sendo assim, infere-se que a população residente em áreas mais distantes não possuem tanta estruturação urbana (pavimentação asfáltica, esgotamento) (Figura 20).

Os bairros Taboca (n. 17), Meladão (n. 23) e Rede Nova (n. 24) são aqueles que possuem a maior extensão territorial. São bairros considerados periféricos, embora estejam apresentando nos últimos anos investimentos no setor imobiliário. Ou seja, é quando se investe para compra de terrenos, casas, apartamentos, aluguéis de imóveis, implantação de loteamentos, condomínios ou residenciais (Figura 20).

Quanto ao termo periférico, usado para caracterizar as áreas distantes do centro vistos no diz respeito à distância do centro. Sobre essas colocações de espaços periféricos evidencia Brandão (2017, p. 107):

É necessário promover políticas redistributivas – não apenas focalizadas e compensatórias – que tenham capacidade de engendrar as assimetrias virtuosas, de forma difusa e pervasiva, geradora de combates frontais às heterogeneidades estruturais e aos mecanismos socioeconômicos de destituição, exploração e marginalização. Ações que logrem em enfrentar a potência e a persistência das estruturas de dominação política e de produção das múltiplas expressões de desigualdades presentes no território.

Neste sentido Carlos Brandão (2017), partilha do princípio de incentivo de políticas públicas que possam abranger de fato a sociedade em geral, com intuito de mitigar esse sistema envolto às desigualdades sociais.

O acesso à educação é uma forma para atenuar desigualdades sociais. Em Floriano, a área da educação motivou consideravelmente a expansão espacial em bairros distantes de áreas centrais. Segundo o (QEDU, 2020), conforme dados do censo escolar 2020, Floriano dispõe 161 escolas entre privadas e públicas, ofertando educação infantil, ensino fundamental de anos iniciais, finais, ensino médio, ensino médio e técnico, e o EJA.

Quanto ao ensino superior, a primeira a ser instalada foi a Universidade Estadual do Piauí (UESPI) implantada em Floriano, no processo de expansão da universidade para as cidades pequenas, nos anos de 1991 e 1993, denominada de “Campus Floriano”. Mas, somente em 2005 que passou a se chamar Josefina Demes, que foi uma mulher de destaque na área educacional do município. Apesar de possuir formação em Farmácia, sempre se sentiu realizada exercendo a profissão de professora (UESPI, 2017).

Josefina Demes, era descendente de árabe, filha de um comerciante e se tornou a primeira mulher graduada em Floriano. Formou-se em Farmácia pela Faculdade de Farmácia e Odontologia do Ceará. O Campus Dra. Josefina Demes, oferta os cursos de direito, pedagogia, história, enfermagem, letras - português, geografia, educação física, ciência contábeis, administração e ciência da computação totalizando 10 cursos superiores (UESPI, 2017).

O Instituto Federal do Piauí (IFPI), foi implantado 1994 antes denominado de Unidade de Ensino Descentralizada de Floriano (UNED\Floriano), isso através do Programa de Melhoria do Ensino Técnico (PROTEC), que por sua vez, era uma extensão do CEFET (PI) na cidade. Em 16 de junho de 1994, através da Portaria nº 934 foi

inaugurado um dos maiores centros de educação tecnológica do estado. O CEFET (PI) de Floriano, logo passou a ser o Instituto Federal de Educação do Piauí ofertando ensino médio técnico, subsequente (somente o ensino técnico), PROEJA em cursos voltados para edificações (construção civil), curso de eletromecânica (Indústria), informática e meio ambiente (IFPI, 2012).

Quanto ao nível superior, o IFPI campus Floriano oferta os cursos em Tecnologia de Análise e Desenvolvimento de Sistemas (TADS), Licenciatura em Ciências Biológicas e em matemática. Além disso, oferece Especialização em ensino de ciências biológicas e matemática na modalidade *Lato Sensu*, e um Programa de Pós-Graduação em nível de Mestrado Profissional em Matemática em Rede Nacional (PROFMAT) (IFPI,2019).

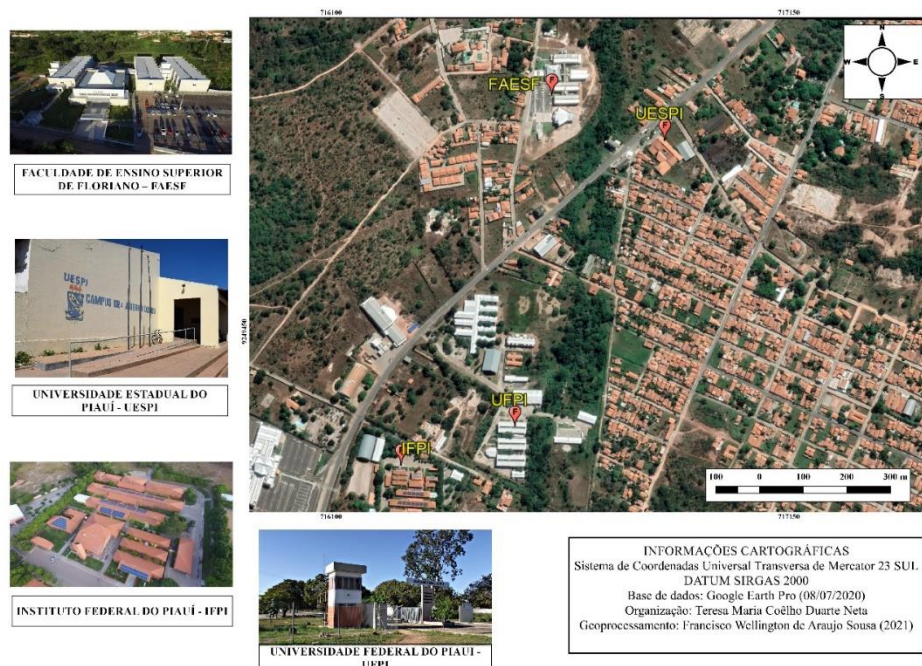
Já a UFPI, Campus Amílcar Ferreira Sobral (CAFS), iniciou suas atividades em 2009, possui quatro cursos de graduação na modalidade presencial (Licenciaturas em Ciências Biológicas e Pedagogia; Bacharelados em Administração e Enfermagem).

Em 2013, foi implantado na UFPI o curso de Licenciatura em Educação no Campo\ - Ciências da Natureza, e mais recentemente, aprovação do primeiro curso em nível de Pós-graduação -*Stricto Sensu*, na área de Biodiversidade, o Programa de Pós-graduação em Biodiversidade e Conservação (PPGBC) (UFPI, 2020).

Além de três grandes universidades públicas, Floriano ainda conta com uma Instituição particular a chamada Faculdade de Ensino Superior de Floriano – FAESF, que oferece cursos de nível superior em pedagogia, serviço social, enfermagem, engenharia civil, fisioterapia, odontologia, direito, administração, ciências contábeis, gestão de recursos humanos e nutrição.

Na modalidade de especialização *Latu Sensu* a FAESF oferta 24 cursos nas áreas da saúde, nutrição, educação, direito, política, contabilidade e atendimento ao público. As implantações de ensino superior mencionadas são todas localizadas na mesma região, que por sua vez, deram uma conotação de cidade universitária, que recebe um grande número de pessoas para esta finalidade (MEC, 2020).

Figura 21 – Localização das Instituições de ensino superior de Floriano



Fonte: Elaborado por Wellington de Araújo Sousa.

Segundo a representação a FAESF, está localizada no bairro rede nova, O IFPI e a UFPI estão localizadas no Bairro Meladão. Essas Instituições de ensino certamente foram indutoras para a expansão espacial da região. Após as implantações surgiram vários empreendimentos de aluguéis de residências, pequenos comércios, farmácias, bares e restaurantes (Figura 21). Segundo Seabra (2014, p. 72) sobre as novas formas de uso do espaço:

As modalidades de uso do espaço urbano obedecem tanto aos ditames das particularidades dos lugares, como são as propriedades específicas de cada sítio urbano, como às formas históricas do processo social na modernidade.

Os instrumentos urbanos pós criação das instituições de ensino superior foram se agregando a esses novos espaços, criando uma dinâmica social e, econômica, transformando completamente o local. Assim como explica Máximo (2020, p. 12):

Outro processo que está associado à interiorização do ensino superior é o incremento do comércio e dos serviços locais, que passam a ser demandados por um novo público, constituído por alunos das diversas modalidades de cursos oferecidos e por servidores das instituições, e classificado em três grupos principais. Um primeiro grupo é formado por aqueles que já são moradores da cidade, usuários do comércio e dos serviços locais, mas que, por causa das atividades associadas ao campus que frequentam, passam a gerar novas demandas. Um segundo é composto daqueles que são oriundos de outras cidades, mas que passam

a morar permanentemente na cidade – aqui se trata, sobretudo, de servidores [...]. Por último, há um terceiro grupo, formado tanto por servidores quanto por alunos, que também são de outros municípios, mas que residem sazonalmente, passando a semana ou parte dela, ou mesmo aqueles que, moradores de cidades próximas, fazem um percurso diário até o local onde o campus está instalado. Por conta disso, passam a movimentar o comércio e o serviços locais existentes, mas também a demandar novos serviços.

Desde a chegada da primeira universidade em 1991 (UESPI), quatro anos depois do IFPI e das demais instituições, é notório as transformações espaciais, sociais e econômicas. Outro ponto, é a questão de mobilidade urbana, pois houve a necessidade de incluir serviços de transporte públicos, em função do aumento do fluxo de pessoas na região. Máximo (2020, p.12) ainda afirma a respeito das relações econômicas nestes novos espaços que:

Em associação à dinamização econômica, tem-se a dinamização do mercado imobiliário local a partir de dois principais processos: a construção de edificações para locação e a implantação de loteamentos e condomínios residenciais.

Diante disso, Corrêa (2017, p.36) infere que:

Os agentes sociais concretos que criam e recriam o espaço são considerados sobretudo quando a organização interna da cidade é objeto de análise. Consideram-se, então, os proprietários da terra, promotores imobiliários, grupos industriais, o Estado, e ainda os movimentos sociais.

Neste aspecto, Corrêa aponta quem são os agentes produtores do espaço e a combinação desses (proprietários do solo, setor imobiliário, indústrias, Estado e sociedade) reproduzem mediante ao dinamismo econômico que possuem. Outro ponto, neste aspecto de expansão espacial, como também da sua valorização, foi a construção de um shopping center nas proximidades do IFPI, também no Bairro Meladão, na BR – 343.

Figura 22 – Floriano Shopping



Fonte: FOLHA PIAUÍ, 2019.

Figura 23 – Área do Shopping



Fonte: FOLHA PIAUÍ, 2019.

A região na qual o shopping de Floriano foi construído já passava por transformações após a criação das universidades. Estas mudanças compreendem a construção de residenciais, conjuntos habitacionais, loteamentos, supermercados, restaurantes, farmácias, postos de gasolina e outros serviços. A inauguração do Shopping em abril de 2019, ampliou a valorização dos terrenos nas imediações, melhorias em aspectos de infraestrutura urbana, com mais pavimentação asfáltica e mobilidade urbana (Figura 22 e 23). Sobre a temática, assim avalia Castro (2014, p.219):

Marcadas então por uma nova dinâmica, as cidades apresentam padrões de consumo distintos entre seus habitantes, cujo papel preponderante da mídia no tocante a propagação de uma nova “cultura urbana”, ensejam diversas mudanças apresentando os shopping centers como seus principais aliados.

Deste modo, o posicionamento de Pintaudi (2014, p.149) é:

Com a incorporação de novos objetos técnicos, que deram maior fluidez ao espaço fragmenta-se o espaço urbano, particularmente nas grandes cidades, que se tornam polinucleadas, desiguais, com emergências de diferentes centralidades para atender a distintos segmentos sociais. Se, no primeiro momento da expansão urbana, o surgimento de novas centralidades acompanhava novas áreas ocupadas, isto não se verifica na atualidade: hipermercados e shopping-centers são capazes de criar suas próprias centralidades, e se antecedem à própria expansão da cidade, ou, ainda, se antecipam à cidade, ou melhor, ao aglomerado.

Diante disso, vale dizer que o Floriano Shopping possui estrutura física para tornar-se um empreendimento que venha a gerar a criação de uma nova centralidade. No entanto, atualmente não há estabelecimentos suficientes para tal. O shopping promoveu o aumento da circulação de pessoas em busca de lazer, se tornando mais um espaço para visitação na cidade.

Diversas empresas de segmentos variados têm sido implantadas em Floriano, ressaltamos a chegada de supermercados, redes nacionais de farmácias como a Rede Pague Menos, a Drogasil inaugurada recentemente (2021), destacamos ainda a rede de farmácia que pertence ao Grupo Jorge Batista, atualmente tem duas unidades, e estão construindo outra unidade também nas imediações do centro. Por conseguinte, vale ressaltar que a cidade de Floriano está se firmando como a referência em saúde do Sul do Piauí. Nos últimos anos, evidenciamos a construção de grandes centros médicos com especialidades diversas.

Além disso, a cidade conta com um Hospital Regional com amplo atendimento de cidades do sul do Estado e do Maranhão, possui anexos para exames de imagem, Unidade de Terapia Intensiva UTI (convencional e neonatal) e um Centro de Parto Normal e casa de apoio as gestantes que não residem na cidade.

Floriano, possui dois hospitais privados onde detém de infraestrutura para amplos atendimentos, no entanto nenhum deles abrange os serviços de uma UTI. Em meados do mês de outubro deste ano, ocorreu o anúncio em mídias sociais do novo hospital privado da cidade, um investimento avaliado em cerca de 7 milhões onde ocorrerá a fusão entre dois grandes centros médicos da cidade (Medical Center e Clínica AME) com atendimentos de emergências, consultas, exames, cirurgias diversas e UTI. Este novo empreendimento em saúde será construído nas proximidades do Hemocentro da cidade (PIAÚÍ NOTÍCIAS, 2021).

Tendo em vista, o desenvolvimento das atividades comerciais também houve a ampliação e implantações de estabelecimentos de vendas de eletrodomésticos com empresas de nível nacional, regional e local. Assim como, a ampliação de redes de supermercados já existentes em Floriano (Grupo Jorge Batista, Grupo Quaresma, Jr Supermercados, Garoto Supermercados). Ou seja, as cidades são formadas conforme sua esfera social impulsionada e estruturada aos moldes do capitalismo, sendo transformadora e base para tantas necessidades urbanas (SPOSITO, 2000).

Segundo Milton Santos (1994), no âmbito brasileiro, a partir do século XX o sistema capitalista passou a exercer influência relevante, transformando as relações sociais e nessa conjuntura a população brasileira tornou-se em sua maioria urbana. Diante da morfologia do ambiente urbano, a expansão da malha urbana é o principal alvo, porque esse sistema de circulação de capital e seus processos detém grande demanda por novos habitats, a fim de ampliar suas atividades comerciais, de lazer, entretenimento, ou seja, criando artifícios para o consumismo (SPOSITO, 2010).

Regionalizando os fatos, a cidade de Floriano é um retrato dessa condição imposta pelo capitalismo. A cidade conserva um velho estigma de permanecer como o centro de especulações, vista com forte potencial de expansão territorial, econômica, política e social. Um exemplo é o mais novo empreendimento inaugurado em julho de 2021.

Figura 24 – Mais nova rede de supermercado



Fonte: Folha Piauí, 2021.

A mais nova rede de supermercado, está localizada na Br 230 no Bairro Sambaiba, a loja conta com 15.639,60m² de área construída. O empreendimento, de um grupo comercial do Maranhão, se instalou na cidade de Floriano no dia 01 de julho deste ano. Após sua abertura, a circulação de pessoas aumentou e o fluxo de veículos também (FOLHA PIAUÍ, 2021).

Quanto à geração de postos de trabalho, a rede de supermercado em questão (Figura 24) gerou cerca de 354 empregos, isso em meio a um cenário de pandemia onde a taxa de desemprego ficou elevadíssima chegando a 14,7% da população atingindo 14,8 milhões de brasileiros (IBGE, 2021); (GRUPO MATEUS, 2021).

Certamente, diante desse novo ponto empresarial a configuração espacial do Bairro Sambaiba de Floriano já não é mais a mesma. Levando-se em consideração ainda, que por estar localizado na Br 230, nas proximidades da ponte que liga Floriano (PI) e a cidade de Barão de Grajaú (MA) este empreendimento também irá atender a população baronense (Figura 24).

Os dados apresentados neste capítulo, refletem uma ampla caracterização da cidade de Floriano em âmbitos e períodos distintos. Relevando que a pecuária, a agricultura, a navegação a vapor, e o comércio foram os aportes para o desenvolvimento social, político e econômico. Além da contribuição da migração de árabes e sírios em 1889, no âmbito comercial, cultural, arquitetônico e social.

O rio Parnaíba, era o símbolo de trabalho, e propiciou por muitas décadas capacidades para transportes de passageiros, mercadorias, abastecendo a população, as terras agricultáveis, além de ser a fonte de chegada de novidades.

A história de Floriano, embora não esteja sendo amplamente divulgada, permanece nos edifícios da cidade, as características arquitetônicas estão preservadas e algumas tombadas como patrimônio histórico nacional. Por meio desses patrimônios é possível narrar muitas histórias ocorridas no passado da cidade.

O desenvolvimento urbano, a reprodução espacial vista hoje são reflexos de uma cidade urbanizada, que recebe incentivos econômicos de variadas áreas. Considerando este aspecto, é possível explicar que investimentos econômicos na esfera educacional, comercial, habitacional, saúde, serviços bancários, dentre outros, explicam o aumento populacional ao longo dos anos. Ao ser tornar um ponto de confluência de rodovias, como também uma cidade que oferece serviços diversos faz com que seja um local de grande influência entre as cidades vizinhas.

Neste aspecto, o desenvolvimento econômico e espacial de Floriano, deve-se também aos atendimentos de pessoas para fins de estudos, ou diário com a migração pendular conferida na cidade. A modernização empresarial, vista atualmente cria novos espaços e especialidades, assim como o shopping center.

A cidade se expande, seus serviços também, o “desenvolvimento” no que diz respeito a chegada de empreendimentos nacionalmente conhecidos vem acontecendo. Entretanto, a fragmentação do espaço urbano é notória. (CORRÊA, 2005), revela que a fragmentação ocorre em qualquer espaço urbano, no entanto existem diferenciações, singularidades territoriais. Em Floriano, essa fragmentação incide com a formação de áreas periféricas e disparidades espaciais provocado especialmente pela especulação imobiliária.

CAPÍTULO 3. UNIDADES HABITACIONAIS DIANTE DO DESENVOLVIMENTO DA CIDADE E A CHEGADA DE ESTRUTURAÇÃO URBANA

3.1 Habitação: moradia e dignidade diante da urbanização

A expansão das cidades atravessa várias questões pertinentes, uma delas refere-se ao aumento do contingente populacional e da necessidade por habitação. As políticas voltadas para o setor de habitação se iniciaram no século XX, com a participação de diferentes governos, objetivando que a população considerada vulnerável pelos padrões econômicos de fato tivesse acesso a uma habitação digna (JACCOUD; SILVA et al, 2005).

Segundo Barbosa (2020, p. 30), no que concerne à relação da força de trabalho com o setor de habitacional,

Desde meados do século XVIII foram apresentadas diversas propostas de habitação para a classe trabalhadora, como a produção das primeiras cidades operárias, cidades-jardins e as proposições das unidades Corbusianas, que originaram os Conjuntos Habitacionais pós Segunda Guerra Mundial. No entanto, foi a partir do desenvolvimento da concepção modernista, principalmente, para a habitação social, que se apresentaram soluções, que se mantêm até os dias de hoje, para enfrentar a problemática do direito à moradia.

O termo moradia digna é evidenciado neste estudo no sentido de suprir as necessidades de segurança estrutural e física dos que nela residem. A busca por moradia é sem dúvida um dos aspectos sociais mais discutidos. As intensas transformações oriundas do processo, neste sentido de “desgaste”, intensificando as desigualdades sociais. E para sanar os governos usaram de variadas propostas como a criação da Lei do Inquilinato e mais tarde fundaram a Casa Popular nos anos de 1942 e 1946, mas não obtiveram bons resultados nestas políticas (VARGAS, 2017). De acordo com Andrade (2012, p. 11):

Em 1964, ocorreu a instituição do Sistema Financeiro de Habitação (SFH) que trouxe maior disponibilidade de recursos para o financiamento habitacional escolhendo o extinto Banco Nacional da Habitação e posteriormente a Caixa Econômica Federal como seu gestor operacional.

Com a extinção do Banco Nacional de Habitação (BNH), em 1988, o problema do déficit de domicílios no Brasil tomou proporções maiores. Sobretudo, mais tarde iniciou o período em que o incentivo ao financiamento da casa própria começou a se consolidar no país, porém o déficit de habitação concentra-se nas famílias de baixa renda

e apesar das tentativas de impulsionar as possibilidades ao acesso à moradia realizada pelo governo, essas famílias ainda continuam sem ter acesso a esse bem (GAY; SÁNCHEZ, 2018).

Sob uma perspectiva social, o problema da moradia revela a complexidade de determinada realidade socioeconômica. As necessidades habitacionais, nesse sentido, não se limitam exclusivamente a um espaço material, a um local, mas também onde irá se construir vivências e dignidade.

O ponto inicial de uma nova empreitada na causa habitacional do país veio, em 2003, com a criação do Ministério das Cidades, que se tornou referência nas transformações no setor habitacional no país. A partir disso, a política habitacional brasileira passou por uma nova organização institucional segundo Rubin e Bolfe (2014, p. 210) “[...]seu principal foco de atuação é a inclusão dos setores excluídos do direito à cidade, já que a habitação e o acesso aos serviços básicos são fundamentais para a cidadania”.

Diante disso, e das constantes propostas feitas pelos governos sobre findar a deficiência de moradias, no dia 25 de março de 2009, foi criado um programa, com o objetivo de sanar o problema habitacional do Brasil, denominado Programa Minha Casa, Minha Vida (PMCMV) (MANZOLI, 2019).

Primeiramente, o PMCMV surgiu como uma medida anticíclica, que não se tratava apenas de uma proposta de solução para a deficiência de moradias, mas também alavancaria o setor da construção civil, visando o crescimento do mesmo e gerando postos de trabalho e renda pelo Brasil (MANZOLI, 2019).

O país neste período estava vivendo uma crise econômica internacional e havia a necessidade de promover estímulos para investimentos na construção civil, que é o setor da economia que mais gera empregos e que possui uma grande participação no PIB no país. Estas medidas ditas anticíclicas facilitam a ascensão econômica em função da isenção de impostos e são práticas comuns no governo brasileiro para combater os efeitos contrários da crise na economia (GAY; SÁNCHEZ, 2018).

Sobretudo, o PMCMV trouxe inovações quanto às questões ligadas ao financiamento e a instrumentalização dos recursos, facilitando o sonho da casa própria, agregando a distribuição ao atendimento de vários públicos.

Podemos iniciar a discussão a partir de algumas premissas do programa e com a Política Habitacional Brasileira, que se manterá centrada em três variáveis consideradas

primordiais que são a Habitação de Interesse Social (HIS), a Habitação de Mercado e a Construção de Cidades (ROMAGNOLI, 2012).

As regiões Norte e Nordeste, apresentam maior inadequação de moradias em função de sua infraestrutura e certamente essa estimativa é agravada pelas áreas nas quais estão localizadas, de problemas advindos da coleta lixo, abastecimento de água, energia elétrica, ou seja, uma série de falhas vindas da má gestão da malha urbana e das suas necessidades vitais (ROMAGNOLI, 2012).

A proposta do PMCMV é de suprir as deficiências de moradias construindo uma nova unidade habitacional, além de investir em infraestrutura, com a criação da rede de saneamento básico nas residências, regularizar a questão fundiária das moradias em terrenos invadidos ou em áreas públicas, pela diminuição dos valores, aumentarem a oferta de unidades de domicílios, facilitando o acesso aos recursos do BNDES (NALIN, 2013).

No Estatuto da Cidade, em 2001, foi estipulado que os municípios elaborassem seus Planos Diretores nas Câmaras dos Municipais, sendo esta medida o instrumento principal da política de desenvolvimento de qualquer município. O objetivo seria orientar o poder público e a iniciativa privada no processo de construção de espaços urbanizados, para então assegurar os direitos essenciais, buscando melhores condições de vida para os moradores (PRESTES; POZZETTI, 2020).

Desse modo, iniciou a empreitada dos municípios no PMCMV, que buscava prioridade aos municípios que incentivaram o crescimento urbano, para isso o município deveria interromper os instrumentos que dificultassem o desenvolvimento da urbanização e que possuíam uma vasta extensão de terra para a criação de habitação de Interesse Social.

Para a construção de moradias utilizando os recursos vindos do PMCMV em áreas centrais ou ditos “bem localizados”, era necessário que o município multiplicasse sua capacidade de investimento e obtenção de recursos, além de possuir zonas prioritárias para a efetivação do projeto, assim ganharia maior relevância perante os investidores (ROLNIK *et al.*, 2010).

A inserção dos municípios em um programa habitacional de cunho federal, como o Programa Minha Casa Minha Vida, trouxe a oportunidade para suprirem suas necessidades habitacionais, porém o município deveria arcar com a responsabilidade, quanto à qualidade das moradias e do local a serem construídas. Sobre as condições dos

Municípios e a empregabilidade do Estatuto da Cidade Rolnik *et al* (2010, p.55) evidenciam que:

Na lei que criou o PMCMV, são priorizados na distribuição dos recursos federais os municípios que implementarem os instrumentos do Estatuto da Cidade voltados ao controle da retenção das áreas urbanas em ociosidade e disponibilizarem terrenos localizados em área urbana consolidada para a implantação de empreendimentos vinculados ao programa.

A moradia também atende às necessidades psicológicas, culturais, políticas e principalmente sociais, uma vez que ela é importante tanto para o comprador quanto para a construtora ou o governo (PRESTES; POZZETTI, 2018).

A elevação da taxa de urbanização nos centros urbanos gera pressão por mais moradias. As medidas direcionadas pela política habitacional brasileira têm facilitado o acesso à casa própria e a intervenção a partir do Programa Minha Casa Minha Vida, como uma proposta de construção de habitação de interesse social, que promoveu e oportunizou que a população de baixa renda enfim pudesse conseguir adquirir esse bem. No entanto, atualmente ainda existe um grande déficit de moradia no país, uma situação que acomete uma população com grandes dificuldades econômicas e sociais (COELHO, 2002).

O déficit de moradia em 2019, registrou o número de 5, 876 milhões no Brasil. Como indicador foram inclusos domicílios com precariedade, em coabitação e residências com custo alto de aluguel. Segundo o estudo, quase 6 milhões de moradias representam 8% dos domicílios do país. O custo do valor do aluguel em cidades urbanas responde por mais da metade do déficit de habitação, correspondendo um total de 3.035.739 de moradias (FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, 2021).

A Fundação João Pinheiro (2021), ainda indica que em 2016 o déficit era de 5.657.249 domicílios, em 2017 era de 5.970.663 (aumento de 5,5%), no ano seguinte em 2018, 5.870.041 (-1,6%) e em 2019 era de 5.876.699 (+0,11%). No levantamento realizado em 2021, indica que os estados com maiores déficits habitacionais, com relação ao número total de domicílios, estão nas regiões Norte e Nordeste do Brasil: Amapá (17,8%), Roraima (15,2%), Maranhão (15,25%), Amazonas (14,82%) e Pará (13,55%). Esse déficit está relacionado, principalmente com moradias consideradas precárias, ou seja, residências que não atendem aos princípios de segurança estrutural e física de seus moradores.

Segundo Coelho (2002, p. 24), sobre a criação dos instrumentos para planejar o espaço urbano diante da questão do déficit habitacional no âmbito brasileiro:

[...] inovações do planejamento, de legislação e das experiências recentes do final do século XX [...] foram importantes para a consolidação de práticas bem-sucedidas do planejamento habitacional e políticas\programas de enfrentamento do déficit habitacional.

A autonomia empregada à população de baixa renda por meio do incentivo do governo, direcionada às políticas habitacionais, empregando os municípios com participação direta, diminuiu consideravelmente os problemas no setor habitacional a partir da contrapartida da criação do PMCMV, com objetivos direcionados à classe mais pobre, além da facilidade para outros grupos terem a oportunidade de possuir a casa própria.

Em agosto de 2020, foi lançado uma nova iniciativa no âmbito habitacional no país o Programa Casa Verde e Amarela criado pelo governo federal com gestão do Ministério de Desenvolvimento Regional, para substituir o PMCMV. Segundo a Caixa Econômica Federal (2020), trata-se da promoção ao direito à moradia que abrange famílias que vivem em áreas urbanas, com renda mensal de até R\$ 7.000,00 (sete mil reais), com interface ao desenvolvimento econômico, à geração de trabalho e também de renda.

O novo Programa habitacional, oferece categorias para financiamentos e taxas de juros conforme a renda mensal das famílias (CAIXA, 2020). Tendo em vista as especificações do Programa Casa Verde e Amarela, o que difere são as faixas dos grupos de renda, as taxas de juros que são diferenciadas conforme as regiões do país, além modificações no limite de renda para usufruir do programa.

3.2 Habitações de Interesse Social em Floriano: conjuntos habitacionais do PMCMV

Nos últimos 10 anos a política habitacional no município de Floriano vem sendo implantada conforme a expansão da cidade. Em 2011, foi construído no bairro Taboca, o Conjunto Gabriel Kalume e no final do mesmo ano foi inaugurado o conjunto habitacional José Pereira da Silva (Figura 26), popularmente conhecido como “Zé Pereira”, situado nas proximidades da BR 343.

Em 2013, o conjunto habitacional Filadelfo Freire de Castro, e em abril de 2020, mais unidades habitacionais foram construídas por meio do Programa Minha Casa Minha Vida, e por último o residencial Alto da Cruz.

Tabela 2 – Conjuntos do Programa Minha Casa Minha Vida - PMCMV

Conjunto	Quantidade de casas	Bairro
Conjunto Habitacional José Pereira da Silva	500 unidades	Meladão
Conjunto Habitacional Gabriel Kalume	180 unidades	Taboca
Conjunto Filadelfo Freire de Castro	500 unidades	Meladão
Residencial Alto da Cruz	499 unidades	Alto da Cruz

Fonte: Prefeitura Municipal de Floriano (2021).

Conforme as informações da Prefeitura Municipal de Floriano, foram construídos pelo PMCMV, no total, 1.679 casas nos bairros Taboca, Meladão e Alto da Cruz. As residências, possuem dois dormitórios (quartos), uma sala, cozinha, um banheiro e do lado externo uma pequena área de serviço (contendo uma pia de lavar roupa).

Figura 25 – Casa do conjunto Gabriel Kalume

Fonte: Floriano News, 2011.

Figura 26 - Conjunto José Pereira da Silva em 2012

Fonte: Piauí Notícias, 2012.

O conjunto Gabriel Kalume, localizado na Taboca possui 180 casas e registra o menor número de residências em comparação com os demais. E a distribuição das residências ocorreu por meio da Secretaria Municipal de Desenvolvimento e Assistência Social – SEMDAS de Floriano (Figura 25).

Já o conjunto José Pereira da Silva, foi inaugurado no dia 19 de dezembro de 2011 por meio do Decreto Nº 331/2011, a Prefeitura do Município de Floriano, juntamente com a Secretaria de Governo, convocou os beneficiários sorteados para formalizar o cadastro de reservas do empreendimento habitacional Conjunto José Pereira da Silva (Novo Retiro). O documento estabelecia a necessidade de contemplar a população com o preenchimento de 250 unidades habitacionais (PORTAL DA TRANSPARÊNCIA FLORIANO -PI, 2011).

Neste caso, seriam preenchidas as vagas após sorteio realizado em 15 de dezembro do mesmo ano. Desse modo, seriam 10 casas destinadas para portadores de deficiência, 10 unidades para pessoas idosas e as demais 230 residências para o público em geral. Este cadastro contava com mais de 4.500 pessoas inscritas nesse processo seletivo (PREFEITURA DE FLORIANO, 2011).

Segundo dados da Prefeitura Municipal da cidade, as acomodações do conjunto abrigam aproximadamente 1000 pessoas e, a construção promoveu grandes perspectivas de expansão e reprodução do espaço urbano, contudo, um ano depois, outro grande conjunto de unidades habitacionais de interesse social foi entregue à população de Floriano (Figura 26). Logo, no ano seguinte, em 2013, foram entregues 500 moradias no bairro Meladão, o denominado Conjunto Habitacional Filadelfo Freire de Castro.

Figura 27 – Conjunto Habitacional Filadelfo Freire de Castro



Fonte: Imagem capturada do Google Earth, 2019.

O conjunto Filadelfo Freire de Castro, foi inaugurado no dia 06 de dezembro de 2013, beneficiando 500 famílias. O SEMDAS, também ficou responsável por fazer a distribuição das casas (Figura 27). E mais recentemente, o residencial Alto da Cruz foi entregue à população de Florianiano.

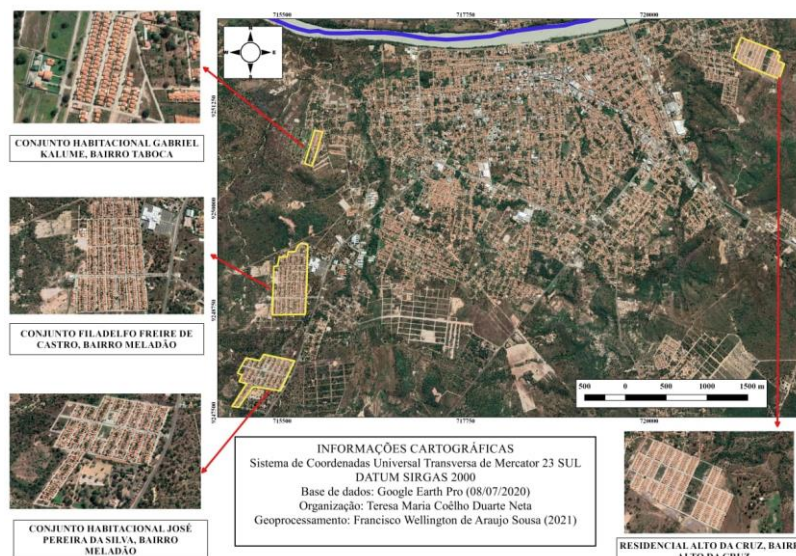
Figura 28 – Residencial Alto da Cruz



Fonte: Portal Oxen, 2020.

No dia 25 de julho de 2020, foi inaugurado o Residencial Alto da Cruz com 499 unidades habitacionais (PREFEITURA DE FLORIANO, 2020) (Figura 28). Todos os conjuntos citados foram instalados em áreas periféricas, ou seja, construídos distantes das áreas centrais.

Figura 29 – Área\ Localização dos Conjuntos do PMCMV



Fonte: Elaborado por Francisco Wellington de Araújo Sousa, 2021.

As regiões de localização dos conjuntos do PMCMV são todas em áreas periféricas. O “Novo Retiro” e o Filadelfo Freire de Castro são localizadas nas proximidades da Br 343 e das Universidades. O conjunto habitacional Gabriel Kalume, o menor em extensão, com 180 casas, fica numa área de maior vulnerabilidade social. O residencial Alto da Cruz fica nas imediações da rodoviária de Florianópolis. O processo de expansão espacial, diante dos investimentos no setor de habitação, trouxe novas conotações para áreas, antes sem qualquer estruturação urbana e sem povoamento (Figura 29).

A partir do Plano Diretor de Florianópolis, criado em 23 de abril de 2007 (PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS, 2010), os incrementos urbanos passaram a ser devidamente planejados e alçados em leis. A respeito da política urbana, o plano diretor de Florianópolis possui 11 objetivos, dentre eles estão “o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade”. Além de, “a inclusão social e redução da pobreza nas políticas de desenvolvimento da municipalidade”, “o respeito pelo ambiente natural como suporte para o processo de desenvolvimento da Cidade, cabendo aos agentes públicos e privados plena e total responsabilidade social pelas práticas antiecológicas que permitam, propiciem ou desenvolvam” (PLANO DIRETOR DE FLORIANÓPOLIS, 2007).

De acordo com Rolnik et al (2010, p. 10) “[...] o Plano Diretor de cada cidade define como os novos instrumentos do Estatuto da Cidade deve ser aplicado em cada município”. Em Florianópolis, a execução o plano de diretor tem se realizado com certa ineficiência, em especial no que diz respeito à preservação ao meio ambiente. Quando diz:

O adensamento construtivo de forma gradual no tempo e no território, respeitando a oferta e o potencial de provimento das infraestruturas urbanas, as características ambientais e do patrimônio cultural das zonas urbanas (PLANO DIRETOR, 2007, p.05).

Na interface urbanização e questões ambientais, com o fator preservação ou de “respeito” ao meio ambiente perante a construção de novos espaços na cidade, mencionado pelo plano diretor de Florianópolis, de fato não é executado como prevê o documento. O espaço é um fator de evolução da sociedade, o espaço é um agente social, é então produto da história humana (MILTON SANTOS,1994). Desse modo, quem produz o espaço, a sociedade e os meios de produção, tendem a ver desenvolvimento urbano como um reflexo de sua época, muitas vezes sem considerar tão importante tal preservação.

Segundo o plano diretor da cidade (2007, p. 04):

Art. 8. O Plano Diretor de Florianópolis é um instrumento que orienta a atuação da administração pública e da iniciativa privada, de forma a assegurar o pleno desenvolvimento ordenado das funções sociais da cidade e da propriedade, a melhoria da qualidade de vida e bem-estar da população florianense, segundo os princípios da democracia e da justiça social.

As atribuições do plano diretor de Florianópolis, no âmbito, da política urbana, no uso do solo, em incentivos públicos e privados como ação mantenedora do bem-estar e desenvolvimento organizado, se coadunam com a produção de espaços sem a devida estruturação urbana adequada.

Quanto à promoção da política de habitação de interesse social em Florianópolis, que por sua vez, é difundida desde 2011 pelo PMCMV, ocorre de forma ampla, promovendo a expansão espacial e induzindo a chegada de insumos urbanos. Sobre a função assistencialista, seguindo a mesma linha do PMCMV, possui o critério de remanejamento dos seus participantes a integrarem esses programas, assim destaca Romagnoli (2012, p.05):

[...] os programas e linhas de ação utilizadas pelo governo para trabalhar com as questões urbanas e habitacionais focam-se em objetivos precisos e bem definidos, o Programa MCMV apresenta um “mix” de programas, com objetivos econômicos, sociais e de reestruturação do setor. (Grifo do nosso).

Segundo Barreto e Matos (2020, p.16), “historicamente, a sociedade brasileira apresenta a tendência de compelir as populações de baixa renda para áreas afastadas, com o propósito de “afastar” a pobreza dos grandes centros”. Com efeito, reproduzem espaços periféricos, muitas vezes sem a estruturação urbana adequada obviamente promovendo mudanças físicas no local e a construção de moradias nesses locais sem as mínimas condições estruturais básicas, intervém na saúde humana e no meio ambiente. Desse modo, temos a alteração da qualidade da água, drenagem incipiente, perde-se qualidade do solo e a ocorrência de microclima local, e a perda da qualidade do ar (GAY; SÁNCHEZ, 2018).

Tratando-se desse assunto, cabe ressaltar que o poder público municipal é responsável e deve preocupar-se com a causa ambiental, assim afirma Silva e Werle (2007, p. 3-4)

A gestão ambiental no território deve ocorrer a partir dos municípios, conforme previsto desde a Constituição Federal, envolvendo a participação das instituições públicas, comunidades locais e setores econômicos na implementação de projetos e ações no espaço urbano e

regional, visando o desenvolvimento sustentável e o necessário equilíbrio entre a cidade contemporânea brasileira e o meio ambiente.

Para que o desenvolvimento sustentável, seja de fato implementado, é necessário que haja organização, planejamento executado conforme os conceitos, objetivos e estratégias do plano diretor vigente na cidade. As cidades, se transformam conforme o seu tempo, e esse tempo atual é designado pela expansão espacial mediante incentivos da urbanização.

Figura 30 – Queimadas no Conjunto José Pereira da Silva



Fonte: A autora, 2021.

Sobre os impactos ambientais pós construção, verifica-se que as queimadas no conjunto são comumente realizadas em períodos mais “secos”, sejam de natureza acidental ou não, o que pode ocasionar empobrecimento do solo, perda da vegetação presente e, problemas relacionados à saúde humana. Em toda a área do conjunto é possível observar a grande ocorrência de queimadas, elevando de maneira considerável riscos de doenças respiratórias, logo em tempos de combate à covid-19 (Figura 30).

Outro ponto, que deve ser destacado, no que concerne à saúde e meio ambiente, é a contaminação de um riacho nas proximidades dos conjuntos Novo Retiro, Filadelfo Freire e Loteamento Conviver Urbanismo.

Figura 31 – Riacho poluído nas proximidades do conjunto habitacional José Pereira da Silva e do conjunto Filadelfo Freire de Castro



Fonte: A autora, 2021.

Figura 32 – Riacho poluído



Fonte: A autora, 2021.

Esse corpo d'água como podemos perceber, assim como outros presentes na cidade, se encontram em estado de contaminação por dejetos e lixo. Verifica-se também queimadas às margens e, vegetação comprometida ao longo de seu leito. A inter-relação homem e meio ambiente é instável, e as interferências antrópicas geralmente são nocivas ao meio ambiente.

A qualidade de vida pela ótica ambiental, econômica e social por evidenciada por Silva (2011, p.20) afirma que:

[...] o meio ambiente é [...] a interação do conjunto de elementos naturais, artificiais e culturais que propiciem o desenvolvimento equilibrado da vida em todas as suas formas. A integração busca

assumir uma concepção unitária do ambiente, compreensiva dos recursos naturais e culturais.

A sociedade, de forma geral, busca, através dos recursos que o meio ambiente dispõe, construir uma vivência participativa. O meio natural configura como fundamental na construção de elementos culturais, além de ser intrinsecamente relacionado à forma como à sociedade se propôs a viver (Figura 31 e 32).

O conjunto habitacional Gabriel Kalume, é o empreendimento do PMCMV com mais problemas de segurança de pública. Além disso, a figura usada para representá-lo é uma matéria jornalística para divulgar problemas estruturais pouco tempo após a sua inauguração. Segundo o Portal Florianópolis News (2011), os transtornos na estrutura das residências comprometiam a rede hidráulica, as paredes e a rede elétrica.

Para Souza e Santos (2020, p. 453), “a diferenciação entre as áreas residenciais tende, cada vez mais, a refletir a diferenciação entre grupos sociais, especialmente a suposição enquanto classe social”. Esse posicionamento reflete diretamente o que ocorre, em especial no caso do conjunto Gabriel Kalume. Os moradores das 180 unidades habitacionais, conseguiram o direito a moradia, no entanto, sofrem com a falta de segurança (Figura 25).

As diferentes configurações espaciais, embora todos os conjuntos do PMCMV estejam adequados com as mesmas regulações e especificações da política habitacional vigente, existem distinções quanto a fatores locais. Os conjuntos José Pereira da Silva e o Filadelfo Freire de Castro estão dispostos numa área ampla, mais povoada e com aportes de serviços, bem como o residencial Alto da Cruz, localizado próximo a rodoviária.

Já o conjunto Gabriel Kalume, foi implantado em um bairro mais aglutinado pela cidade, no sentido de estar mais “adentro”, de não se localizar nas proximidades de rodovias (BR). Nesse aspecto, nas imediações do conjunto Gabriel Kalume, não possibilita tantas perspectivas de desenvolvimento, tanto pelo fator local, como também pela violência na área.

Diferentemente dos loteamentos e condomínios privados que estão localizadas em áreas propensas a expansão espacial e reprodução do espaço urbano de Florianópolis. Gerando uma tendência mais desenvolvimentistas, pautada na especulação imobiliária. Assim como, trata a seção em seguida.

3.3. Os loteamentos, condomínios e residenciais privados de Florianó

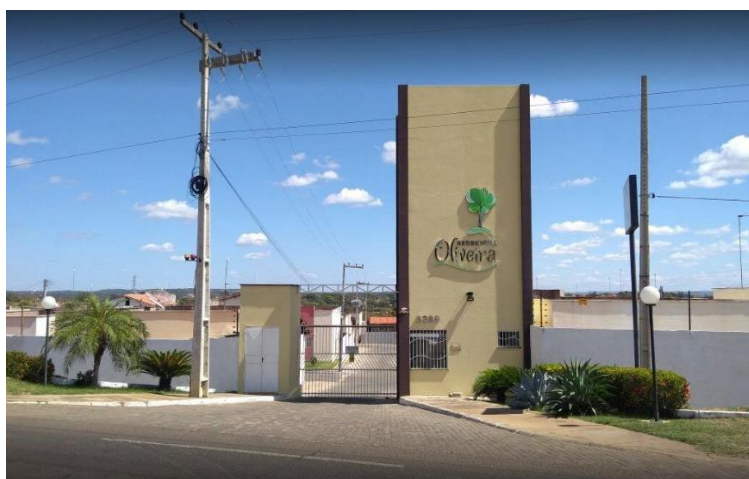
A expansáo da urbanizaáo em Florianó, está intrinsecamente ligada  sua ascensão no setor de serviços. Isso, denota pela quantidade de empreendimentos de habitação que são construídos para atender a população natural e de outras cidades, que vão morar em Florianó, em função das ofertas de emprego.

Segundo Filho et al (2020, p.03), a respeito de condomínios fechados:

O contexto dos condomínios, existem aqueles intitulados condomínios horizontais fechados, ao qual pode ser caracterizado como uma modalidade de moradia, ao qual agrupa habitações individualizadas. Esta modalidade dispoe de recursos de segurança como cercas, sistemas de segurança particular, entre outros.

Em Florianó, existem os chamados condomínios, residenciais e loteamentos. Osnicos que se enquadram na modalidade condomínios fechados são Oliveira e o São Francisco.

Figura 33 – Condomínio Oliveira



Fonte: Mgf imoveis, 2021.

O condomínio Oliveira, situado nas proximidades da rodovia PI 140, no bairro Santa Rita, dispoe de casas individuais, área de lazer e sistema de segurança. É considerado como um local de alto padrão, ou seja, para pessoas de classe média alta.

Diferentemente do condomínio Oliveira, o São Francisco possui casas individuais e sistema de segurança,  uma espécie de adensamento de residências estudantis, localizada no bairro rede nova nas proximidades da FAESF. Da mesma forma, o condomínio Rocha é um espaço construído com várias residências no Bairro Meladão para o público estudantil, por localizar-se próximos às universidades (Figura 33).

Figura 34 - Condomínio São Francisco e condomínio Rocha

Fonte: Imagens capturadas no Google Earth, 2021.

Os empreendimentos residenciais voltados para estudantes são geralmente conglomerados de pequenas casas ou apartamentos em um mesmo espaço, dispostos em bairros próximos às universidades (CABRAL, 2019). Em Florianópolis os bairros que podem ser considerados universitários são: Meladão, Rede Nova e Campo Velho.

Além de residências destinadas para estudantes, as universidades geraram ainda outro impacto no setor imobiliário no que diz respeito a moradias para professores, e servidores das instituições de ensino superior, além de estudantes casados vindos de outras cidades e estados. Este grupo prefere casas e apartamentos individuais, um tipo de moradia mais convencional, que podem ser vendidas ou alugadas, geralmente esta habitação pode ser encontrada nos entornos do campus, e com essas atribuições possuem o preço mais elevado (CABRAL, 2019) (Figura 34).

Já o denominado condomínio Bela Vista, localizado no bairro Nossa Senhora da Guia, o residencial Nossa Senhora do Carmo no bairro Via Azul, residencial Caiçara no bairro Meladão, e o loteamento Conviver Urbanismo também no bairro Meladão se encaixam na modalidade residencial\ loteamentos, ou seja, geralmente mais distantes de áreas centrais, e são edificações planejadas por construtoras.

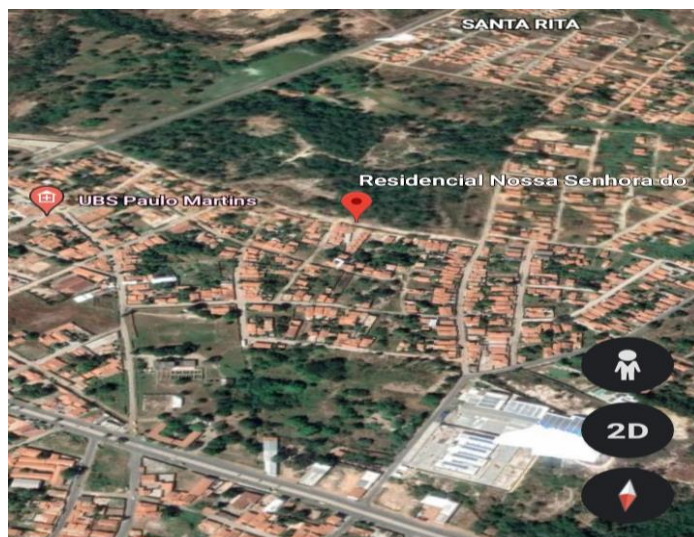
Figura 35- Área de localização do condomínio\loteamento Bela Vista



Fonte: Imagem capturada do Google Earth, 2021.

O bairro Nossa Senhora da Guia fica nas proximidades da rodovia PI 140 é um bairro típico residencial, bem distante do centro da cidade. Os loteamentos\condomínios conferidos na área são imóveis de natureza privada, financiados por bancos. Assim como o residencial Nossa Senhora do Carmo (Figura 35).

Figura 36 - Residencial Nossa Senhora do Carmo



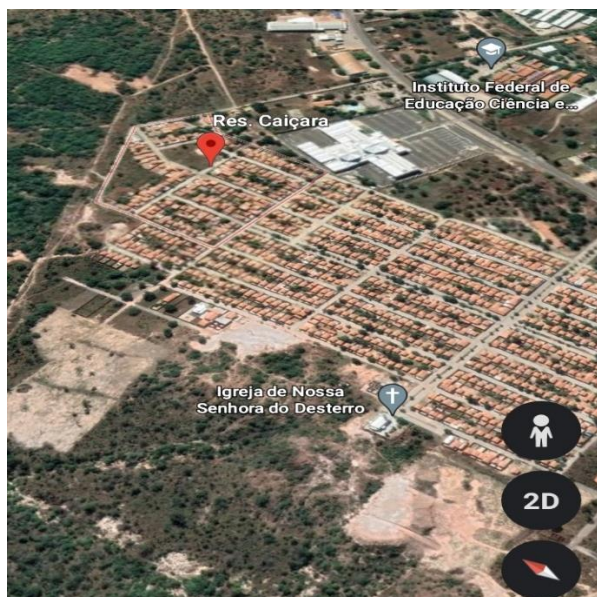
Fonte: Imagem capturada do Google Earth, 2021.

Esses empreendimentos residenciais citados são importantes para que esses bairros recebam mais equipamentos urbanos, como pavimentação, construção de áreas de praças e mobilidade urbana. Mas, segundo Silveira (2017, p.50):

[...] parece fundamental levar em conta as tendências contemporâneas do uso do território, reconhecendo que a urbanização, principal manifestação das transformações atuais, difunde, embora seletivamente, as variáveis da modernização atual em um número cada vez maior de pontos. Mas essa modernização precisa não apenas de pontos, mas também de aglomerações que permitam realizar a cooperação em diferentes ramos e escalas. Daí a crescente importância das cidades médias na dinâmica do território.

Sendo assim, não basta produzir e\ou reproduzir espaço urbano. É necessário viabilizar o acesso a todos os serviços e redes urbanas, para então formar a “cooperação” mencionada por (SILVEIRA, 2017) (Figuras 33,34, 35, 36). A viabilidade de interligar o sistema envolto à urbanização faz-se importante para a expansão espacial. Um exemplo de interligação da rede urbana é o residencial caiçara.

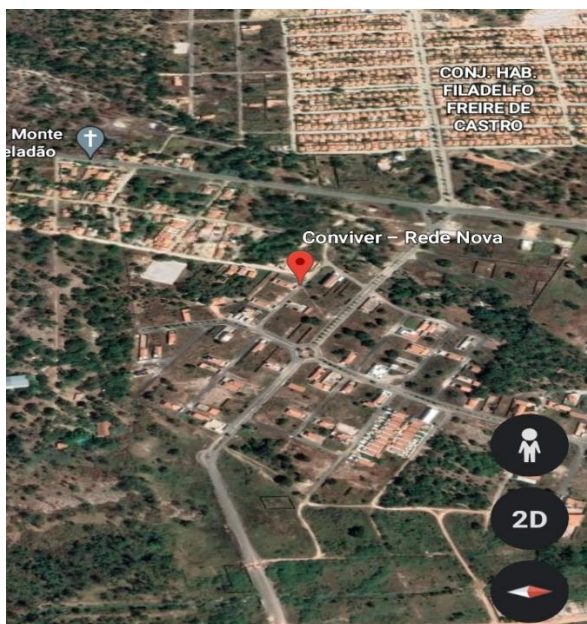
Figura 37 - Residencial Caiçara



Fonte: Imagem capturada do Google Earth, 2021.

O residencial Caiçara, está localizado atrás do shopping center da cidade de Florianópolis. Além de estar ao lado do conjunto habitacional Filadelfo Freire de Castro, essa disposição do residencial é benéfica, pois os equipamentos urbanos logo foram sendo implantados, como vias, pavimentação asfáltica, mobilidade urbana, e maior oferta de transporte público (Figura 37).

Figura 38 - Loteamento Conviver Urbanismo



Fonte: Imagem capturada do Google Earth, 2021.

O loteamento conviver urbanismo, está situado no eixo shopping e universidades nas proximidades da BR 343, um residencial de casas individuais. Local valorizado e relativamente bem estruturado. Já o residencial Catumbi, está localizado no bairro Sambaíba Nova, é um condomínio vertical, que foi inaugurado no dia 04 de agosto de 2012.

Figura 39 – Residencial Catumbi



Fonte: Florianio News, 2012.

O residencial catumbi, consiste em 56 apartamentos com 37 metros quadrados. Foram construídos dois prédios com cinco andares e um terceiro com quatro pavimentos, sendo quatro apartamentos por andar. É composto por uma sala, cozinha, área de serviço, um banheiro e dois quartos (FLORIANO NEWS, 2012) (Figura 39).

Esses loteamentos, residenciais ou condomínios horizontais, certamente foram fundamentais para a expansão espacial das áreas em que foram implantados. Essa expansão, promove a chegada de infraestrutura urbana. Os variados tipos de habitação citadas, são voltados para públicos diferentes, e conforme esse aspecto o local vai se distribuindo numa vertente. Essas variedades de habitação permeiam pela classe estudantil fixa na cidade ou provisória, para abrigar famílias e por pessoas que estão na cidade apenas para finalidades de trabalho.

Segundo Pereira (2017, p.672), “a cidade é observada pelos padrões de uso do solo urbano que podem ser verificados em cada uma das “teorias”, e sua concepção de estrutura se dá mais no plano de suporte espacial de atividades [...]”. Esse posicionamento, explica que a cidade “cresce” conforme as demandas da sociedade, impulsionado pelo viés econômico e político. Explica também, a palavra “estruturação” utilizada para se referir a estrutura física advinda pela urbanização, que será pautada na discussão seguinte para tratar da chegada da estruturação urbana através da implantação do sistema de esgotamento sanitário em Floriano.

3.4 Estruturação urbana: a construção da rede de esgotamento sanitário em Floriano

A cidade é produto das dinâmicas de circulação, capacidade de produção e consumo, completamente inserida no ramo capitalista. Por isso, suscita ao ensejo de possuir equipamentos, atividades e serviços diversificados de modo que o viés econômico e social possa viver num espaço mais dinâmico, estruturado e elevando sua capacidade de reprodução espacial, capitalista e de desenvolvimento (GOMES, 2007).

A estruturação da cidade, através da construção do serviço de esgotamento sanitário é determinante para a geração de trabalho e crescimento da economia. O acesso ao saneamento básico e água devidamente tratada são essenciais para a saúde e para a qualidade ambiental. Quanto às questões relacionadas ao espaço urbano Lopes et al. (2020, p.03):

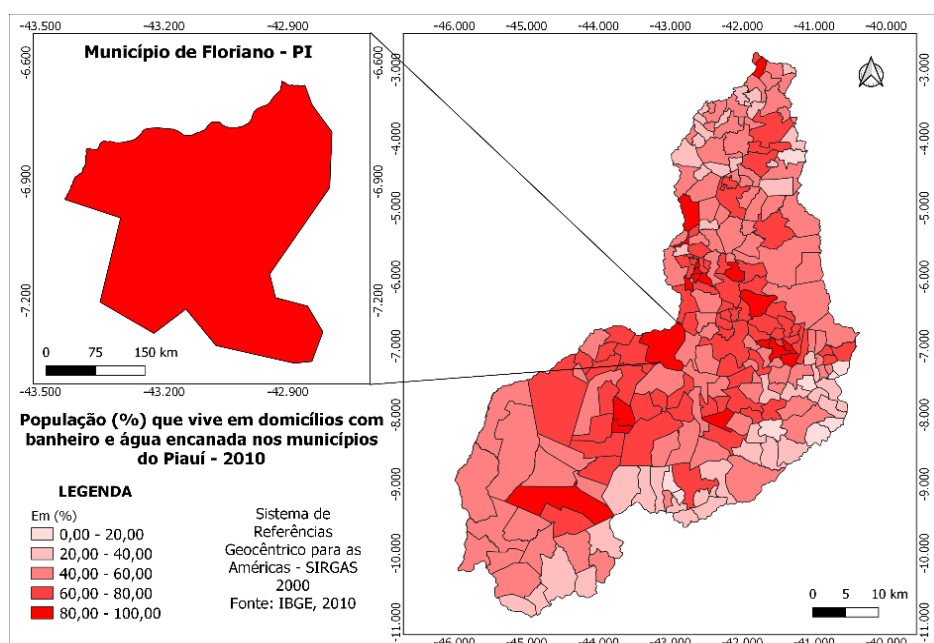
A sustentabilidade do aglomerado urbano/metropolitano, em sua componente físicourbanística, relaciona-se com as seguintes variáveis: a forma de ocupar o território; a disponibilidade de insumos para seu funcionamento; a descarga de resíduos; o grau de mobilidade da população no espaço urbano; a oferta e o atendimento às necessidades da população por moradia, equipamentos sociais e serviços e a qualidade dos espaços públicos.

Ao analisar as colaborações de (Lopes et al., 2020) é possível afirmar que sem o funcionamento adequado da rede urbana fica mais difícil viabilizar a sustentabilidade, pois o espaço urbano é um conjunto de muitas variáveis, que vai desde o processo de ocupação, instalação da infraestrutura, modo de viver, além de agentes públicos interferirem diretamente na sustentabilidade do local.

De acordo com o Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento Básico – SNIS (2020), avaliando dados de 2018 revela que cerca de 47% da população brasileira não tem acesso a sistemas de esgotamento sanitário, ou seja, 100 milhões de pessoas. Outro aspecto, é que mais de 16% da população não tem acesso a água devidamente tratada e apenas 46% dos esgotos produzidos no país são tratados.

Ainda segundo o SNIS (2020), as regiões Norte e Nordeste possuem menor cobertura de saneamento básico. No Nordeste, temos a representação da (Figura 40) que evidencia a população com acesso a banheiro e a água encanada nos municípios do Estado do Piauí.

Figura 40 – População com banheiro e água encanada em seus domicílios no Piauí



Fonte: Elaborado por Mariana Ramos Fontenele, 2021.

A representação, mostra o quanto a população do Piauí em quase toda a extensão do Estado ainda sofre com a inexistência ou insuficiência de serviços básicos de saneamento como água encanada e banheiro em sua moradia. Segundo os dados a

população de aproximadamente 6 municípios apresentam cerca de 0 a 20% de cobertura desses serviços. A maioria da população dos demais municípios possuem entre 40% e 60%. A Figura revela ainda, que uma pequena parcela da população piauiense possui porcentagem de 60% a 80%, assim como outra parcela com cerca de 80% e 100%. O município de Floriano, destacado na (Figura 40) mostra que aproximadamente 80% a 100% de sua população possui água encanada e banheiro em seus domicílios.

O abastecimento de água, é um serviço fundamental considerado um bem social indispensável para a manutenção da qualidade de vida da população. Assim como, o acesso a condições sanitárias básicas (banheiro), a ausência ou fornecimento inadequado desses serviços podem causar danos à saúde pública (IBGE, 2017). A lei que regulamenta o Saneamento Básico, de 2007 propõe a universalização do abastecimento de água e do tratamento da rede de esgoto no país. Estabelece ainda regras e competências do governo federal, dos estados e dos municípios, assim como a regulamentação de integração de empresas privadas (SNIS, 2020).

O município de Floriano, apresenta condições relativamente boas no que diz respeito a acesso da população a água e banheiro (Figura 40). A partir de levantamentos de dados do último censo (2010), realizado pelo IBGE sobre esgotamento sanitário constatou-se que Floriano possui cerca de 32,9% da rede de saneamento considerado adequado. Em escala nacional a cidade ocupa a posição 2.978º, no estado ocupa a 34º e na sua região geográfica de influência é a 2º colocada com o melhor índice.

A cidade de Floriano atualmente, passa por uma obra de ampliação da sua rede esgoto. A Empresa de Águas e Esgotos do Piauí S.A (AGESPISA) será responsável por administrar e operacionalizar todo o sistema de esgotamento após a entrega da obra. A etapa inicial da construção do sistema de esgotamento sanitário já foi concluída, com a construção de 62 mil metros de redes coletoras de esgoto, além de 4,5 ramais prediais de esgoto, duas estações elevadas, 5,4 mil metros de emissários de recalques e uma Estação de Tratamento (ETE) da modalidade lagoas de estabilização (Figura 41), composta por um lago anaeróbio, uma lagoa facultativa e mais duas lagoas de maturação (PREFEITURA DE FLORIANO, 2021).

Figura 41 - Lagoa de Estabilização de Esgoto



Fonte: A autora, 2021.

A segunda fase da construção do esgotamento sanitário segue em andamento após a Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba (CODEVASF), ter investido 61 milhões nas obras de esgotamento sanitário e de drenagem pluvial em Floriano (PI), beneficiando cerca de 50 mil pessoas (CODESVASF, 2021). O esgotamento sanitário é fundamental para a garantia de bem-estar social e mais da metade da população de Floriano irá ser contemplada com este serviço.

As obras estão sendo realizadas nos entornos do centro comercial, possivelmente a parcela da sociedade residente em áreas mais periféricas ainda não usufruirão deste recurso. Segundo informações da Prefeitura local, essa obra será finalizada até meados de 2022. Os impactos ambientais que cercam a ausência ou fornecimento inadequado de esgotamento são inúmeros contaminam principalmente o solo, ar e a água. No município de Floriano, essa obra de esgotamento poderá contribuir para amenizar a contaminação do rio Parnaíba.

Figura 42 – Vala de Esgoto no Rio Parnaíba



Fonte: A autora, 2021.

O bueiro ou vala de esgoto sendo despejado diretamente no rio Parnaíba. Essa vala é localizada na Avenida Beira Rio, nas proximidades do cais. Espera-se, que com os investimentos recebidos da CODEVASF, o esgoto seja devidamente tratado, para então mitigar os impactos ambientais ao rio. Venson, Jacinto e Sbicca (2019, p. 202), ressaltam que “a expansão e a melhoria ao acesso ao saneamento básico são dois dos meios mais efetivos e menos custosos para implementar uma política de saúde pública de qualidade”.

O enfrentamento das questões de saúde pública para a implementação de condições dignas de esgoto adequado infere diretamente na qualidade de vida dos cidadãos, por conseguinte seria a medida mais efetiva para sanar, amenizar vários problemas de saúde.

O meio ambiente padece diante das intensas transformações vigentes da produção do espaço urbano e os insumos naturais estão ligados às questões sanitárias. A água, o solo, a vegetação, o ar e toda a dinâmica ambiental é alterada. Com efeito, as inadequações de saneamento básico representam forte ameaça aos recursos naturais.

A má ou a não distribuição de serviços sanitários também acentuam as desigualdades sociais, isso reflete diretamente na qualidade de vida de uma grande parcela da sociedade. Em Floriano, segundo dados do último censo mostra que o município possuía, em 2010, 56 estabelecimentos de saúde pelo Sistema Único de Saúde (IBGE, 2010) para um município que constava neste ano, 57. 690 pessoas, um número inferior para uma cidade com quase 60 mil pessoas em 2010.

O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal – IDHM em Floriano, no ano de 2010, era de 0,700, considerado mediano. Este indicador leva em consideração a longevidade, educação e renda, variando entre 0 e 1. Com uma população estimada, no ano citado, acima em 57. 690 habitantes, e levando em consideração que se passaram quase 11 anos e, com população estimada em 2020 de 60. 025 pessoas (IBGE, 2020) de modo que a longevidade está diretamente ligada as condições de saúde e esgotamento é válido ressaltar que é urgente o ensejo pela construção do esgotamento sanitário na cidade que possa abranger toda a sociedade local.

Embora o saneamento básico seja indispensável para a estruturação do ambiente urbano os índices em nível nacional são ruins. A pesquisa Nacional de Saneamento Básico (PNSB), revelou que aproximadamente 39, 7% dos municípios no país não possuem o serviço de esgoto sanitário. Ainda, nesta publicação divulgada pelo IBGE, embora haja em muitos municípios a cobertura de esgotamento o serviço é distribuído de maneira desigual (IBGE, 2010).

Dentre as diferenças de cobertura do serviço de esgotamento sanitário estão nas regiões sudeste e norte. No Sudeste a rede de esgoto abrange a 96,5% dos municípios, e no Norte esse percentual era de apenas 16,2% (IBGE, 2020). O déficit de saneamento básico é um problema de muitas cidades brasileiras.

Neste sentido, torna-se primordial a existência de esgotamento sanitário adequado em áreas urbanas tratando-se como uma estruturação urbana necessária. Esta temática finaliza as discussões desta dissertação, pois no caso de Florianópolis é uma informação recente e que vem sendo ampliada\construída ainda neste ano de 2021. O esgotamento sanitário, influi na saúde, meio ambiente e em questões relacionadas a desenvolvimento social e econômico e por estas razões é um tema relevante.

O acesso ao saneamento básico, é um problema nacional. Visto, que através de dados de 2018 divulgados em 2020 do SNIS, mostram que quase 100 milhões de pessoas não tem acesso a sistemas de esgotamento sanitário. Entretanto, quando uma cidade média com aproximadamente 60. 025 de habitantes (IBGE, 2021), do interior do Piauí recebe investimentos para construção de esgotamento saneamento e drenagem pluvial, visando beneficiar cerca de 50 mil pessoas, é algo que deixa a população com perspectivas promissoras.

Considerando que o aporte dessa construção será de mais um novo indicador para possibilidades de desenvolvimento econômico, e conseqüentemente de expansão do espaço, através dos setores de habitação, serviços e saúde. Destaca-se, que esse sistema de esgotamento também poderá amenizar a incidência de impactos ambientais.

Sendo assim, a política habitacional discutida neste último capítulo, está diretamente relacionada a expansão da cidade. Os despontamentos, no setor de habitação criaram espaços, novas dinâmicas sociais e ampliou o processo de urbanização. As demandas no setor habitacional, refletem o aumento das ofertas de empregos, e ao fato da cidade ter se tornado um polo de educação voltada para o ensino superior.

O desenvolvimento urbano, na cidade é mediado por estímulos econômicos que favoreceram todo esse crescimento. Áreas da cidade, consideradas periféricas atualmente estão cercadas por conjuntos habitacionais do PMCMV, assim como por loteamentos, condomínios e residenciais privados. Este crescente, na área habitacional se tornou determinante para a expansão dos serviços urbanos em Florianópolis.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Floriano, é uma cidade que ao longo dos anos vem sendo alvo de muitos investimentos em infraestrutura urbana, assim criando espaços, e futuramente, talvez uma nova centralidade nas imediações dos conjuntos habitacionais José Pereira da Silva, Filadelfo Freire de Castro, do shopping e das instituições de ensino superior.

O fator determinante é que existem incentivos econômicos para que a expansão espacial aconteça, proporcionando desenvolvimento socioeconômico, e na medida, que o tempo passa as empresas locais se ampliam, as regionais e as nacionais de setores diversos se instalam na cidade.

Podemos destacar que Florianó, diante das cidades circunvizinhas desponta nas áreas da saúde, tais como no ramo alimentício, educacional (UFPI, IFPI, UESPI, FAESF), vestuário, móveis e eletrodomésticos (Magazine Luiza, Lojas Liliane, Mateus Eletro, Veloso, Paraíba, dentre outros), no lazer (Shopping, cais da beiro rio etc.), setor automotivo, hoteleiro (Hotel Rio Parnaíba, Garoto Parque Hotel, Maktub Hotel, etc.), e no turismo (turismo religioso, carnaval, São João, Festival Nacional de Cinema e Vídeo). Enfim, a cidade possui todos os serviços possíveis e passa por um processo constante de urbanização.

Florianó possui o monopólio no fornecimento de serviços diversos diante da sua área de influência. A cidade, possui quatro grandes redes de supermercados, como o Grupo Jorge Batista, O Grupo Quaresma, Garoto Supermercados e o JR Supermercados. Vindos de Teresina, temos o Carvalho Supermercados e, mais recentemente outra empresa do ramo alimentício, vinda do Maranhão se instalou na cidade, chamado Mix Atacarejo, que pertence ao Grupo Mateus, inaugurado em julho de 2021.

Outro ponto, que viabiliza compreender a vasta demanda por serviços na cidade, é o setor de saúde, que atualmente vem sendo ampliado. Em nível nacional, no campo farmacêutico temos a Rede Pague Menos e, de modo mais recente a rede de Farmácias Drogasil no centro da cidade. O Grupo florianense Jorge Batista, também possui investimentos no ramo da saúde, e são proprietários da Rede de Farmácias Globo conhecida regionalmente. Além disso, a cidade possui uma fábrica de medicamentos, o Laboratório Sobral, que apesar de sofrer com diminuições no escopo de produção e funcionários, tem um legado comercial e histórico importantes para a cidade.

Com efeito, houve o aumento de postos trabalho e na mesma proporção, a cidade se tornou alvo de intensa migração de pessoas vindas das cidades vizinhas em busca de

emprego, moradia e bem-estar. Destacamos, um fenômeno corriqueiro em Florianópolis, a migração pendular que se refere à deslocamentos cotidianos, ou seja, diários de pessoas vindas para fins de estudo, trabalho, lazer, saúde dentre outras motivações. Isso se deve a vasta cobertura comercial da cidade, além de outras potencialidades já mencionadas.

A população de Florianópolis no último censo realizado pelo IBGE é de 57.690 pessoas, 11 anos depois desse último censo as estimativas divulgadas pelo IBGE (2020) registram que a cidade possui 60.025 pessoas.

A instalação de um shopping center, na cidade e na área antes já avaliada com grandes possibilidades de crescimento econômico, por situar-se nas proximidades das universidades, transformou a dinâmica física, econômica e social do local.

As transformações nas imediações do shopping, e dos conjuntos habitacionais deram um novo sentido à expansão territorial da cidade. A criação de espaços variados é uma característica necessária num eixo urbano. Desse modo, as pessoas passaram a se deslocar para esta área, teve então a necessidade de ampliação do serviço de mobilidade urbana, com a criação de um sistema de transporte coletivo que começara a circular por toda a cidade (das 6:00 até às 19:00 horas). Apesar disso, o serviço de transporte “coletivo” é incipiente, e necessita de melhorias na frota.

Os incentivos no setor habitação, para além do PMCMV, geraram grande especulação imobiliária. Atualmente, bairros como o Meladão apresentam maior infraestrutura urbana, no que diz respeito apenas a asfaltamento, e calçamento nas ruas.

Destacamos que o bairro Meladão, o bairro Rede Nova e o Campo Velho são considerados bairros estudantis, por estarem situados nas proximidades das universidades, dito isso é possível verificar que por esta razão o setor habitacional alavancou, gerando ainda especulação imobiliária, seja de terrenos para compra ou venda, aluguéis e casas.

Além de residências para públicos diversos, houve a criação de empreendimentos de pequeno, médio e grande porte afim de atender as demandas dessa população. A tendência de crescimento do setor de habitação em Florianópolis é mantida quando nota-se que os investimentos no setor de serviços da cidade, avançam e tendem a abrir novos postos de trabalho, assim mais pessoas buscam oportunidades, e por sua vez, residem na cidade.

O aumento crescente no setor habitacional de Florianópolis pode ser observado, entre os anos de 2011 e 2020, através do PMCMV. Esse número, representa a forte demanda por moradias na cidade, e o quanto esse setor pode ser considerado relevante nesse viés

de desenvolvimento e expansão territorial. Já os condomínios, loteamentos e residenciais de natureza privada também são importantes para a expansão espacial de Floriano, tendo em vista que esses empreendimentos são o reflexo do crescimento populacional, e do aumento dos postos de emprego. Uma característica do setor de habitação na esfera privada em Floriano, são os empreendimentos (casas) construídos em áreas diversas a fim de atender vários públicos que são os estudantes (moradia fixa ou temporária), funcionários das universidades (moradia fixa ou apenas para fins de trabalho), famílias vindas de outras cidades, além de atender a população natural da cidade.

Em linhas gerais, o município tende a expandir no oferecimento de serviços por receber investimentos nos setores de habitação, comércio, saúde, educação, infraestrutura e lazer, possivelmente pela grande influência diante de outros municípios piauienses, ou até de outros estados como Maranhão e Pará.

O setor de saúde em Floriano, é considerado um dos melhores do sul do Piauí, destacamos que nos últimos anos houve a construção de grandes centros médicos. Podemos mencionar a Multimed, o Centro Médico Aliança, Clínica AME, a Uniclínica, Espaço Diva Barbosa e o mais recente o Amplamed, todos com especialidades diversas. Já os mais antigos, são a Medical Center, o Hospital João Paulo II, Hospital Clinicor e, a UDI – Labo flor, dentre outros inúmeros espaços menores voltados para a saúde. A fusão de dois centros médicos Medical Center e Clínica AME, anunciadas em outubro de 2021 revela a grande demanda por atendimentos nesse setor na cidade.

Além disso, a cidade é cortada por um entroncamento de rodovias estaduais e federais, se tornando o ponto de passagem para muitas cidades e estados. Esse ponto, facilita demasiadamente a logística comercial da cidade.

Diante de diversos elementos apresentados, Floriano se traduz como uma produtora de novos espaços. Além disso, parte da sociedade local segue a rota deste desenvolvimento, sendo impactado de maneira positiva, no que diz respeito à renda, melhorias de infraestrutura ou estando incluído com outra parte da sociedade, que por muitas vezes, numa expansão espacial desigual, e por não acompanhar o desenvolvimento urbano com toda a sua estruturação acaba se tornando mais um ator social de um sistema de segregação.

Os conjuntos do PMCMV, apresentados no capítulo três, tiveram papel importante na reprodução espacial dos bairros em que estão dispostos, além disso, a política habitacional pelo PMCMV abrange uma parcela da população que vivia em condições insalubres, mas que hoje residem numa moradia digna. Quanto às questões relacionadas

a segurança nos conjuntos do PMCMV em Florianópolis, o que mais sofre é o Conjunto Gabriel Kalume (com 180 casas), no bairro Taboca que é um local de pouca visitação, e é conhecido por conviver com as mazelas da marginalização.

Desse modo, verifica-se, que existe a ocorrência de segregação socioespacial, uma vez que dentro do imediatismo de se criar conjuntos habitacionais em áreas periféricas para uma parcela da população, recorre-se ao expediente de se criar espaços para determinadas classes sociais sem, antes, ao menos ampliar alguns serviços básicos, como saneamento adequado.

A questão é que na mesma proporção que a cidade cresce, mais recursos naturais são necessários, e sem a devida estrutura a cidade pode agravar impactos ambientais já verificados nesta pesquisa. Partindo do pressuposto econômico e social, o aumento considerável por insuficiência de moradias, fez com que a cidade promovesse uma ampliação do setor habitacional e, conseqüentemente, o crescimento do seu território de atuação.

A habitação de interesse social, no contexto de Florianópolis, explica o desenvolvimento e reprodução do espaço de várias áreas, contudo essa nova configuração espacial após a crescente da política de habitação, produziu novas conotações, explicadas mediante investimentos de empresas privadas, do Município, Estado e Governo Federal.

Por outro lado, para tamanhas transformações físicas, econômicas e sociais existe todo o processo de intervenções ambientais. Categoricamente, a urbanização tem muitos pontos positivos, embora haja incontestáveis contrapontos como a promoção da desigualdade social. Para mitigar tais efeitos, é necessário planejamento, melhoramento das políticas públicas, ou a aplicação dela de forma digna.

Os conjuntos habitacionais do PMCMV reúnem agentes de impactos ambientais comuns em áreas de conjunto e convivem cotidianamente com o ensejo de melhorias especialmente com a chegada de mais estruturação urbana, como o esgotamento sanitário.

As intervenções sobre o meio ambiente são comuns em áreas urbanas, essas transformações físicas podem provocar muitos problemas, inclusive de saúde. Os recursos naturais, em ambiente mais urbanos são mais susceptíveis à contaminação, além de uso exacerbado.

No contexto da cidade de Florianópolis a incidência de impactos ambientais poderia ser amenizada com a execução de um planejamento urbano e do plano diretor mais adequado. Desse modo, os desequilíbrios ambientais, que ocorrem antes, durante e depois

das instalações das moradias, da construção de estabelecimentos comerciais, e da expansão espacial como um o todo, seriam amenizados consideravelmente.

A contaminação do solo através do escoamento inadequado dos resíduos domésticos, o descarte inadequado do lixo, a prática de queimadas, a contaminação dos lençóis freáticos, dentre outros impactos ambientais podem ser encontrados facilmente pela cidade.

A sociedade moderna, urbana ou não, vive no fervor do crescimento em níveis diversos, acompanhando de perto, ou não, sentem os efeitos do domínio do capital sob as relações sociais na atualidade. Portanto, a cidade de Florianópolis detém de uma diversidade de potenciais para produção e, reprodução do seu espaço com seus marcos e tendências mercantis, fortalecendo sua matriz comercial, e cada vez mais abre trajetórias para um “desenvolvimento” variado. Seja pela inserção da política habitacional, ou por investimentos na rede de serviços.

REFERÊNCIAS

ACSELRAD, H. Os movimentos de junho de 2013: uma introdução à ecologia política de mobilidade urbana. In: OLIVEIRA, Floriano Godinho de.; FREIRE, Désirée Guichard.; OLIVRIRA, Leandro Doas de. **Geografia urbana: ciência e ação política**. Rio de Janeiro: Consequência Editora, 2014. p. 117 – 126.

ABIKO, A.; MORAES, O, B. **Desenvolvimento Urbano Sustentável**. Escola Politécnica da Universidade de São Paulo Departamento de Engenharia de Construção Civil. São Paulo – 2009. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4866123/mod_resource/content/0/TT26DesUrbSustentavel.pdf Acesso em: 22 de jan. 2018.

ALVES, E. R. de.; SOUZA, G. da. S. e.; MARRA, R. Êxodo e sua contribuição à urbanização de 1950 a 2010. **Revista de política Agrícola**, Brasília – DF, ano 20, n. 2, pag. 80-88, abr./maio. /jun./2011 Disponível em: <http://www.alice.cnptia.embrapa.br/alice/handle/doc/910778> Acesso em: 26, jul. 2021.

ANDRADE, G. V. M. **Política habitacional brasileira: críticas ao programa minha casa minha vida. Monografia** (Curso de Engenharia de Produção) – Escola Politécnica, Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, p. 86. 2012.

ANDRADE, Josiane Nascimento.; GALVÃO, Diogo Cavalcanti. O conceito de smart cities aliado à mobilidade urbana. **Revista Hum@nae – Questões Controversas do mundo contemporâneo**, v.10, n. 1, 2016. Disponível em: <https://revistas.esuda.edu.br/index.php/humanae/article/view/478> Acesso em: 07 de ago. de 2021.

BARRETO, P. de L. N.; MATOS, C. S. Minha casa é aqui! Percepções dos beneficiários do Minha Casa Minha Vida. **Conhecer: debate entre o público e o privado**, [S. l.], v. 10, n. 25, p. 11–34, 2020. DOI: 10.32335/2238-0426.2020.10.25.3036. Disponível em: <https://revistas.uece.br/index.php/revistaconhecer/article/view/3036>. Acesso em: 15. Out, 2021.

BATTAUS, D. M. de A.; OLIVEIRA, E. A. B. de. O direito à cidade: urbanização excludente e a política urbana brasileira. **Revista Lua Nova**, v. 1, n. 97, p. 81-108, abril de 2016. DOI: <https://doi.org/10.1590/0102-6445081-106/97>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ln/a/N797qBC5Rcb9PLxKfZZWMMx/abstract/?lang=pt> Acesso em: 15 de jul. de 2021.

BEZERRA, O. G.; MELO, V. L. M. de O. Valores da paisagem: os significados dos rios e manguezais da cidade do Recife. **Paisagem e Ambiente**, n. 34, p. 95-106, 2014. DOI: 10.11606/issn.2359-5361.v0i34p95-106. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/paam/article/view/97124>. Acesso em: 30 jul. 2021.

BUENO, P. H. de C. CONSOLIDAÇÃO DAS NOVAS CENTRALIDADES EM TERESINA (PI): uma análise das academias de condicionamento físico na zona leste da cidade. **Revista Equador (UFPI)**, Teresina, v. 8, n. 1, p.45-66, junho de 2019. Disponível em: <https://ojs.ufpi.br/index.php/equador> Acesso em: 20 de nov. de 2019.

BRANDÃO, Carlos. Cidades Médias como provedoras de bens e serviços públicos e coletivos e como construtoras de cidadania e de direitos. In: SILVA, Willian Ribeiro da; SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão (Org.). **Perspectivas da Urbanização: Reestruturação urbana e das cidades**. Rio de Janeiro: Consequência Editora, 2017, p. 99-118.

BRAGA, Waleska Reali de Oliveira. **Um estudo sobre os princípios ambientais de estudantes universitários por meio da percepção ambiental**. 2018. 78 f. Dissertação (Mestrado em Agronegócio e Desenvolvimento). Faculdade de Ciências e Engenharia, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Tupã, 2018.

CABRAL, Teresa Sofia Resendes. **Residências universitárias**. 2019, 65f, Dissertação (Mestrado em Arquitectura e Urbanismo) - Instituto Universitário de Lisboa, Lisboa, 2019.

CABRAL, L. do N.; CÂNDIDO, G. A. Urbanização, resiliência, relações conceituais e compreensões de causa e efeito. **Urbe: Revista brasileira de gestão urbana**. Paraná, v.11, p. (1 - 13), 2019. DOI: <https://doi.org/10.1590/2175-3369.011.002.AO08> Acesso

em: <https://periodicos.pucpr.br/index.php/Urbe/article/view/24267> Acesso em: 13 de jul. de 2021.

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL. Programa Casa Verde e Amarela. Brasília – DF, 2020. Disponível em: <https://www.caixa.gov.br/voce/habitacao/casa-verde-e-amarela/Paginas/default.aspx> Acesso em: 18 de out. de 2021.

CALVO, C. R. Sobre ciudades, culturas, memorias e historias: Perspectivas de investigação social. In: **XXVII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA**, 17. 2013, Natal – RN, **Anais** [...] Natal, 2013. p. 1 – 14.

CAPEL, H. Agentes y estrategias em la producción del espacio urbano español. Revista de **Geografia, Barcelona**, v. 8, n.1-2, ene/dic. 1974, p. 19-56.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. A cidade. 8ª Ed. São Paulo: Contexto, 2008.

CASTRO, A. F. V. de. São José dos Campos – SP: Estudo da centralidade interurbana e intraurbana a partir de seus shopping centers. **Revista Caminhos da Geografia**. Uberlândia – MG, v.16, n.53, p. 215-226, março de 2015. Disponível em:

COELHO, Will Robson. **O Déficit de moradias: instrumentos para a avaliação e aplicação de programas habitacionais**. 2003, 152f. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2003.

CODEVASF investe milhões em obras de esgotamento sanitário e drenagem pluvial em Floriano PI. **Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba** – **CODEVASF**. Disponível em: <https://www.codevasf.gov.br/noticias/2020/codevasf-investe-r-61-7-milhoes-em-obras-de-egotamento-sanitario-e-drenagem-pluvial-em-floriano-pi> Acesso em 2 de junho de 2021.

CONTE, Cláudia Heloiza. Cidades médias: discutindo o tema. **Revista Sociedade e Território**, Natal, v. 25, n. 1, p. 45 - 61, jan. /jun. 2013. Disponível em:

<https://periodicos.ufrn.br/sociedadeeterritorio/article/view/3516/2829> Acesso em: 01 de ago. de 2021.

Construindo os caminhos do desenvolvimento. **Governo do Estado do Piauí**, 2005. Disponível em: <http://www.piaui2008.pi.gov.br/materia.php?id=16612> Acesso em: 20 de jul. de 2021.

CORRÊA, R. L. **O Espaço Urbano**. 4 ed. São Paulo, Editora Ática, 2005.

CORRÊA, R. L. Cidades médias e rede urbana. In: OLIVEIRA, Floriano Godinho de.; FREIRE, Désirée Guichard.; OLIVEIRA, Leandro Dias de (Org.). **Perspectivas da urbanização: reestruturação urbana e das cidades**. Rio de Janeiro: Consequência Editora, 2017. p.29 – 38.

D'AMICO, F. O Programa Minha Casa, Minha Vida E Caixa Econômica Federal. In: **Centro Internacional Celso Furtado de Políticas para o Desenvolvimento P.01-22**, 2011. Disponível em: www.centrocelsofurtado.org.br Acesso em: 10 de jan. de 2019.

DEGANI, C. M. **Sistema de gestão ambiental em empresas construtoras de edifícios**. 2003. 223 p. Dissertação (Mestrado em Engenharia Civil) – Escola Politécnica da Universidade de São Paulo, São Paulo 2003.

Fazendas Nacionais do Piauí estão na pauta do Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural. **IPHAN**, 2015. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/135> Acesso em: 25 de jul. de 2021.

FENKER, Eloy. Impacto Ambiental e Dano Ambiental. **Revista Ambiente Brasil**, Rio de Janeiro, 2011, v.12, n. 1 Disponível em: <https://noticias.ambientebrasil.com.br/artigos/2007/12/24/35501-impacto-ambiental-e-dano-ambiental.html> Acesso em: 15 de jun. 2021.

FILHO, Djalma José Nunes. **A cidade e o rio: a navegação fluvial e o extrativismo vegetal na formação do espaço de Floriano – PI (1890 - 1950)**. Tese (Doutorado em

geografia). Instituto de Geociências, Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG, Belo Horizonte – BH, p. 171, 2013.

FONTES, R. Metamorfoses do poder político nas cidades: a disputa hegemônica entre a cidade-mercado e a cidade-direito. **Princípios**, São Paulo – SP, 2020, n.40, n.161, p.140 - 167. Disponível em: <https://revistaprincipios.emnuvens.com.br/principios/article/view/90>
<https://doi.org/10.4322/principios.2675-6609.2021.161.007> Acesso em: 28 de jul. de 2021.

FONSECA, W.; CAROLA, C. R. Os rios e a vida: percepções para uma educação ambiental. **REMEA - Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental**, [S. l.], v. 34, n. 2, p. 136–155, 2017. DOI: 10.14295/remea.y34i2.7009. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/remea/article/view/7009>. Acesso em: 24 de jul. 2021.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, Estimativas populacionais, 2020. Disponível em: <http://novosite.fjp.mg.gov.br> Acesso em: 27 de jul. de 2021

FLORIANO shopping abre hoje suas portas, com uma superestrutura para alavancar o comércio, diversão e lazer, **Folha Piauí**, Teresina, 09 de abr. de 2019. Disponível em: <https://folhapiauai.com.br/2019/04/09/floriano-shopping>. Acesso: 02 de dez\ 2019.

FLORIANO – PI, A Princesa do Sul. **SKYCRAPER**. Floriano, 18 de fev. 2012. Disponível em: <https://www.skyscrapercity.com/threads/floriano-pi-a-princesa-do-sul.1489632/> Acesso em: 08 de jun. de 2021.

Floriano: Usina Maria Bonita. **Patrimônios Piauienses**, 2021. Disponível em: <http://www.ipatrimonio.org/floriano-usina-maria-bonita/#!/map=38329&loc=-6.7635669999999815,-43.02243500000001,17> Acesso em: 25 de jul. de 2021.

GAY, Juliana Siqueira. SÁNCHEZ, Luiz Enrique. Incorporando questões ambientais no planejamento de Habitação social: contribuições da avaliação Ambiental Estratégica. In: **CONGRESSO BRASILEIRO DE AVALIAÇÃO DE IMPACTO – ABAI**, 5. 2018,

Fortaleza CE. **Anais [...]** Fortaleza: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará, 2018, p.1 – 20.

GANDARA, Gercinair Silvério. **Rio Parnaíba... Cidades-Beira**. 2008. Tese (Doutorado em História), Brasília, Universidade de Brasília.

GANDARA, Gercinair Silvério Rios nossos que estão no sertão! São Francisco e Parnaíba, **Confins (online)**, n. 23, 2015 Disponível em: <http://journals.openedition.org/confins/10150> ; DOI : <https://doi.org/10.4000/confins.10150>

GOMES, Magno Federeci.; PINTO, Wallace Silva. Justiça socioambiental e processo de urbanização das cidades. **Revista de direito da cidade**, Rio de Janeiro, 2020, v. 12, n. 1. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/rdc/article/view/39931> Acesso em: 12 de jun. de 2021.

GOMES, Fernanda Silva. **Discursos contemporâneos sobre Montes Claros: (re)estruturação urbana e novas articulações urbano – regionais**. 2007. 181f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG, 2007.

Grupo Mateus inaugura quatro lojas em menos de uma semana. **GRUPO MATEUS**, 2021. Disponível em: <https://www.grupomateus.com.br/> Acesso em: 22 de jul. de 2021.

HIRATA, F. “Minha casa, minha vida”: política habitacional e de geração de emprego ou aprofundamento da segregação urbana. **Revista Aurora**, n.4. 2009. Disponível em: www.bjis.unesp.br Acesso em: 22 de jan. 2019.

IFPI, INSTITUTO FEDERAL DO PIAUÍ – Floriano PI, 2012. Disponível em: <https://www.ifpi.edu.br/floriano> Acesso em: 26 de jul. de 2021.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATISTICA - IBGE. **Cidades, história**. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pi/floriano/historico>. Acesso: 01 dez. 2019.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATISTICA –IBGE. **Cidades, história**. 2010, disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pi/floriano/historico>
Acesso em: 01 de jun. de 2021.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICAS – IBGE. Índice de Desenvolvimento Humano Municipal – **IDHM**, Floriano PI, 2020. Acesso: <https://www.br.undp.org> Acesso em: 04 de jun. 2021.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Cidades e Estados**, Floriano PI, 2020. Acesso em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/pi/floriano.html> Acesso em 17 de jul. de 2021.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Cidades e Estados**. Floriano PI, 2016. Acesso em: [://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/pi/floriano](https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/pi/floriano). Acesso em: 20 de jun. de 2021.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA DE FLORIANO – IBGE. **Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa Nacional de Saneamento Básico** ,1989/2017. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101734.pdf> Acesso em: 03 de ago. de 2021.

Imóveis Residencial Oliveira em Floriano. **Mgf Imóveis**, 2021. Disponível em: <https://pi.mgfimoveis.com.br/> Acesso em 27 de jul. de 2021.

JACCOUD, L.; SILVA, F.B.da. et al. **Questão social e políticas sociais no Brasil contemporâneo**. Brasília – DF: IPEA, 2005.

JÚNIOR, G. A. de O. Redefinição da centralidade urbana em cidades medias. **Sociedade & Natureza**, n. 20, v.1, p. 205 – 220, jun. de 2008. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sn/a/gbSqV54VmFSTPGHc3kqPmz/?lang=pt>
DOI: <https://doi.org/10.1590/S1982-45132008000100014>

LEFEBVRE, H. **Urbanização completa da sociedade**. São Paulo: Ática, 1991.

LENCIONI, S. Observações sobre o conceito de cidade e urbano. **GEOUSP Espaço e Tempo (Online)**, v. 12, n. 1, p. 109-123, 2008. DOI: 10.11606/issn.2179-0892.geousp.2008.74098. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/geousp/article/view/74098>. Acesso em: 10 ago. 2021.

LEVANTAMENTO nacional lista Floriano entre as 26 cidades mais felizes do Brasil, **Folha Piauí**, Teresina, 14 de jun. de 2019. Disponível em: <https://folhapiauai.com.br/2019/07/14/levantamento-nacional-lista-floriano-entre-as-26-cidades-mais-felizes-do-brasil/>. Acesso: 01 dez. 2019

LIMA, S. M.S. A.; LOPES, W. G.; FAÇANHA, A.C. Desafios do planejamento urbano na expansão das cidades: entre planos e realidade. **Urbe. Revista Brasileira de Gestão Urbana**, v.11, 2019. 11, e20190037. <https://doi.org/10.1590/2175-3369.011.e20180037> Acesso em: 02 de ago. de 2021.

LIMONAD, Ester. Urbanização e organização do espaço na era dos fluxos. In: OLIVEIRA, Márcio Piñon de; HAESBAERT, Rogério; MOREIRA, Ruy (Org.). **Território, territórios: ensaios sobre o ordenamento territorial**. Rio de Janeiro: Lamparina Editora, 2011. p. 146 – 170.

Lista completa de escolas, cidades e estados (Floriano PI). **QEDU**, 2020. Disponível em: <https://www.qedu.org.br/busca/118-piaui/4995-floriano> Acesso em: 26 de jul de 2021.

LOPES, Wilza Gomes Reis. et al. Instrumentos para a sustentabilidade urbana: análise do plano diretor de Teresina, Piauí, enfocando aspectos relacionados a saneamento básico e resíduos sólidos. **Brazilian Journal of animal and Environmental Research**. Curitiba, n. 4, v.3, p. 3486 – 3502, out\dez, 2020.

MACHADO, J. G. R.; PAMPLONA, J. B. A ONU e o desenvolvimento econômico: uma interpretação das bases teóricas da atuação do PNUD. **Economia e Sociedade**, Campinas, SP, n.1, p. 53 – 84, abril de 2008. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ecos/a/w3H7SWw6FJFzHMbVdc7N7Nx/abstract/?lang=pt> DOI: <https://doi.org/10.1590/S0104-06182008000100003> Acesso em: 27, jul. de 2021.

Mais destinos religiosos pelo Piauí. Igrejas históricas e espetáculos para a quaresma. **Portal Cidade Verde**, 2018. Disponível em: <https://cidadeverde.com/idasevindas/p/6>
Acesso em: 28 de jul. de 2021

MANZOLI, Vittoria Stachissini, **Acesso a habitação, desigualdade e crescimento económico no Brasil**. 2019, Dissertação (Mestrado em Economia), Faculdade de Economia - FEUC - Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, 2019. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10316/89642> Acesso em: 28 de set. 2020.

MARTINE, G. O lugar do espaço na equação população\ meio ambiente **Revista Brasileira de Estudos de População**. São Paulo, v. 24, n. 2, p. 181-190. 2013. Disponível em: www.rebep.org.br. Acesso em: 11 de jan. 2018.

MARTINS, Karla Gonçalves. **Expansão urbana desordenada e aumento dos riscos ambientais à saúde humana: o caso brasileiro**. 2012. Monografia (Bacharelado em Gestão Ambiental), Universidade de Brasília – UNB, Planaltina, 2012.

MATOS, Lara. Paixão de Cristo de Floriano será exibida em live neste domingo (11\07). **JT News**, 2021. Disponível em: <https://www.jtnews.com.br/noticias/paixao-de-cristo-de-floriano-sera-exibida-em-live-neste-domingo-117-10878.html> Acesso em: 28 de jul. de 2021

MÁXIMO, R. Efeitos territoriais de políticas educacionais: a recente expansão e interiorização do ensino federal em cidades não-metropolitanas no Ceará. **urbe. Revista Brasileira de Gestão Urbana**, Paraná – PR, n. 12, p. 1 -17, 2020 Disponível em: <https://www.scielo.br/j/urbe/a/NyRfbr7QL6k4ZZyDQBtV7YQ/?format=pdf&lang=pt>
<https://doi.org/10.1590/2175-3369.012.e20190080> Acesso em: 24 de jul. de 2021

MÁXIMO, Irisneide. **Lajedos, Pau não Cessa e Sovaco do Cão**. 2015. Monografia (Curso de Graduação em História), Universidade Estadual do Piauí - Floriano-PI, 2015.

MEC, MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2020. Disponível em: <https://emec.mec.gov.br/emec/consulta-cadastro/detalhes-ies/d96957f455f6405d14c6542552b0f6eb/MjQxMw==> Acesso em: 26 de jul. de 2021.

MENDES, Paulo de Tarso Cronemberguer. **Contribuições para um modelo de gestão de pontes de decreto aplicado à rede de rodovias brasileiras**. Tese (Doutorado). Escola Politécnica da Universidade de São Paulo, Departamento de Engenharia de Estruturas e Geotécnica, São Paulo – SP, p.234, 2009.

MENDES, Letícia Teixeira. **Personalização de Habitação de Interesse Social no Brasil: o caso da implantação urbana nos conjuntos habitacionais**. Campinas, 2014. Tese (Doutorado) – Faculdade de Engenharia Civil, Arquitetura e Urbanismo. Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP, 2014.

Mix Atacarejo do Grupo Mateus inaugura mega loja nesta quinta (01\jul) em Floriano. **PORTAL FOLHA PIAUÍ**, 2021. Disponível em: <https://folhapiauai.com.br/2021/06/29/mix-atacarejo-do-grupo-mateus-inaugura-mega-loja-nesta-quinta1o-em-floriano/> Acesso em: 22 de jul. de 2021.

MOREIRA, A. C. M. L. Conceitos de Ambiente e de Impacto Ambiental Aplicáveis ao Meio Urbano. **Revista Cadernos Metr pole** n. 19 p. 27-47 2008. Disponível em: www.iproweb.procempa.com.br Acesso em: 22 de jan. 2018.

MONTEIRO, Adriano Roseno.; VERAS, Ant nio Tolrino de Rezende. A questão habitacional no Brasil. **Revista Mercator**, v.16 e 16015, p. 1 – 13, 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/mercator/a/ZkVrVHZqbHWQwK6HRpGrcXN/?format=pdf&lang=pt> Acesso em: 05 de ago. de 2021.

NALIN, Nilene Maria. **O trabalho do assistente social na política de habita o de interesse social: o direito à moradia em debate**. 2013. 252 f. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013.

PASAVENTO, Sandra Jatahy. Cidade, espaço e tempo: reflexões sobre a memória e o patrimônio urbano. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul – RIHGRGS**, Porto Alegre, n. 158, p. 207 – 216, dezembro de 2020. <https://www.seer.ufrgs.br> Acesso em: 04 de ago. de 2021.

PEREIRA, V. P.P.; CARNEIRO, E. J. Para pensar a história urbana: construção das cidades e conflitos ambientais. **Temporalidades**, Belo Horizonte – BH, v.12, n.1 jan./abr. 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/temporalidades/article/view/19445> Acesso em: 26 de jun. de 2021.

PEREIRA, Cláudio Smalley Soares. O centro da cidade no contexto de estrutura (ção) urbana: considerações acerca da “ teoria urbana convencional” e da “teoria crítica urbana”. **Revista Geo UERJ**, Rio de Janeiro – RJ, n. 31, p. 669 – 697, 2017. DOI: 10.12957/geouerj.2017.25816: Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br> Acesso em: 04 de ago. de 2021.

Pesquisa nacional de saneamento básico 2017: **abastecimento de água e esgotamento sanitário** / IBGE, Coordenação de População e Indicadores Sociais. - Rio de Janeiro: IBGE, 2020.

PIAUI NOTÍCIAS. Casas do Conjunto Zé Pereira em Floriano serão entregues este mês. **Piauí Notícias**, Floriano (PI), 11 de março de 2012. Disponível em: <https://piauinoticias.com/politica/30432-casas-do-conjunto-ze-pereira-em-flo-serao-entregues-este-mes.html> Acesso em: 15 de Jun. de 2021

PIAUI NOTÍCIAS. Empreendedores das clínicas Medical Center e AME se unem e fazem investimento de cerca de R\$ 7 milhões. **Piauí Notícias**, Floriano (PI), 15 de outubro de 2021. Disponível em: [https://piauinoticias.com/geral/90400-empreendedores-das-cl%C3%ADnicas-medical-e-ame-se-unem-e-far%C3%A3o-investimento-de-cerca-r\\$-7-milh%C3%B5es.html](https://piauinoticias.com/geral/90400-empreendedores-das-cl%C3%ADnicas-medical-e-ame-se-unem-e-far%C3%A3o-investimento-de-cerca-r$-7-milh%C3%B5es.html) Acesso em: 15 de out. de 2021.

PINTAUDI, Silvana. A produção de espaços comerciais e de consumo na contemporaneidade. In: OLIVEIRA, Floriano Godinho de.; FREIRE, Désirée Guichard.; OLIVEIRA, Leandro Dias de (Org.). **Geografia urbana: ciência e ação política**. Rio de Janeiro: Consequência Editora, 2014, p. 145 – 154.

Ponte sobre o rio Parnaíba – Floriano /PI – Barão de Grajaú\MA. **Floriano News**, 2011. Disponível em: <https://www.florianonews.com/noticias/ponte-sobre-o-rio-parnaiba-floriano-pibarao-de-grajau-ma-4937.html> Acesso: 20 de jul. de 2021.

Portal da Transparência Floriano. **Floriano (PI)**, 15 de dezembro de 2011. Disponível em: <https://transparencia.floriano.pi.gov.br/uploads/leis/3b2400bdaac3a749d9463fe028ec423a.pdf> Acesso em: 21 de jun. de 2021.

Portal Cidade Verde. Com. **Teresina (PI)**. 29 de junho de 2018. Disponível em: <https://cidadeverde.com/floriano/92332/conjunto-habitacional-ze-pereira-ganha-novo-sistema-de-abastecimento-de-agua> Acesso em: 21 de jun. de 2021.

Portal de Floriano. **Floriano (PI)**, 14 de dezembro de 2006. Disponível em: <http://portaldefloriano.blogspot.com/2006/> Acesso em: 08 de jun. de 2021.

PLANO DIRETOR DE FLORIANO. **Prefeitura de Floriano**, 2007. Disponível em: <https://www.floriano.pi.gov.br> Acesso em: 16 de jun. de 2021.

Prefeitura Municipal de Floriano. **Floriano Governo Municipal**, Disponível em: <https://www.floriano.pi.gov.br/floriano.php> Acesso em: 14 de jun. de 2021.

Prédio histórico desabado no calçadão de Floriano – Oxen? **Portal Oxen**. Floriano (PI), 04 de ag. De 2020. Disponível: <http://www.oxen.com.br/noticia/96-Predio-historico-desabada-no-calçadao-de-Florian> Acesso em: 08 de jun. de 2021.

PRESTES, Fernando Figueiredo. POZZETI, Valmir César. A primeira norma técnica para cidades sustentáveis: uma reflexão sobre a problemática urbana. **Revista de Direito Urbanístico, Cidade E Alteridade**. Porto Alegre, v. 4, n. 2, p. 117-134, jul. /dez. 2018.

PROCÓPIO, Oscar Siqueira. **Aprendendo com o outro: os árabes em Floriano**. 2006. Dissertação (Mestrado em Educação) – UFC\UFPI: Faculdade de Educação, Fortaleza – CE, 2006.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO (PNUD). **Atlas de desenvolvimento humano no Brasil**. Brasília: Organização das Nações Unidas. Disponível em: <https://www.br.undp.org/> Acesso em: 10 de jun. de 2021.

PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DAS NAÇÕES UNIDAS (PDNU). **Relatórios de Desenvolvimento Humano**. 15, de dez. de 2020. Disponível em: <http://hdr.undp.org/en/2020-report> Acesso em: 10 de jun. de 2020.

Realização da solenidade de inauguração do condomínio catumbi em Floriano. **Floriano News**, 2012. Disponível em: <https://www.florianonews.com/noticias/floriano> Acesso em: 26 de jul. de 2022.

Residencial Alto da Cruz é entregue a 499 famílias em Floriano. **Portal Oxen**, 2020. Disponível em: <http://oxen.com.br/noticia> Acesso em: 16 de jun. de 2021.

RODRIGUES, A. M. Ciência e ação política por uma abordagem crítica. In: OLIVEIRA, Floriano de.; FREIRE, Désirée Guichard.; JESUS, Gilmar Mascarenhas de.; OLIVEIRA, Leandro Dias de (Org.). **Geografia urbana: ciência e ação política**. Rio de Janeiro, RJ: Consequência Editora, 2014. p. 21 – 43.

ROLNIK, R. et al. Como produzir moradia bem localizada com os recursos do programa Minha casa minha vida? Implementando os instrumentos do Estatuto da Cidade. In: **Ministério das Cidades**. Brasília - DF, 2010. Disponível em: www.d.yimg.com.br Acesso em: 22 de jan. de 2017.

RUFO, Tiago Fernandes.; SOBRINHO, Fernando Luiz Araújo. O processo de formação territorial do Estado do Piauí e as transformações recentes na mesorregião do sudoeste piauiense. **Revista Espaço e Geografia**, Brasília – DF, v.18, n.1, 2015. Disponível em: <http://www.lsie.unb.br/espacoegeografia/index.php/espacoegeografia/article/view/313> Acesso em: 02, de ago. de 2021.

SANTANA, Aparecida.; MOURA, Laura. Mais de 40 mil foliões participam do tradicional arrastão em Floriano, sul do Piauí. **G1 – Piauí**, 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/pi/piaui/carnaval/2020/noticia/2020/02/25/mais-de-40-mil-folioes->

participam-do-tradicional-arrastao-em-floriano-no-sul-do-piaui.ghtml Acesso em: 23 de jul. de 2021.

SANTOS, Luimar de Jesus. **Caracterização espacial e temporal da endemia hansênica na zona urbana de Floriano-Piauí, 2004 a 2013.** /. -- 2015. 96 f. Dissertação (Mestrado em Saúde Pública) – Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca, Rio de Janeiro, 2015.

SANTOS, Milton. **A urbanização brasileira** \ Milton Santos. – 5.ed., 3. São Paulo: Edusp, 2013.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço técnica e tempo, razão e emoção.** São Paulo: Hucitec, 1996.

SANTOS, Wanderson Benigno dos. **A dinâmica urbanorregional de Floriano (PI) conforme os estabelecimentos prestadores de serviços de saúde.** 2020. 163f Dissertação (mestrado) - Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Programa de Pós-Graduação e Pesquisa em Geografia, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2020.

SANTOS, E. L.; BRAGA, V.; SANTOS, R. S.; BRAGA, A. M. da S. Desenvolvimento: um conceito em construção. **DRd - Desenvolvimento Regional em debate**, [S. l.], v. 2, n. 1, p. 44–61, 2012. DOI: 10.24302/drd. v.2i1.215. Disponível em: <http://www.periodicos.unc.br/index.php/drd/article/view/215>. Acesso em: 28 jul. 2021.

SILVA, Priscila Neves.; Heller Léo. O direito humano a água e ao esgotamento sanitário como instrumento para promoção da saúde de populações vulneráveis. *Revista Ciência e Saúde Coletiva*, v.21, n.6, 2016. DOI: <https://doi.org/10.1590/1413-81232015216.03422016> Disponível em: <https://revistas.esuda.edu.br/index.php/humanae/article/view/478> Acesso em: 05 de ago. de 2021.

SILVA, William Ribeiro da. **Para além das cidades: centralidade e estruturação urbana: Londrina e Maringá**. 2006. 280 f. Tese (doutorado) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia, 2006.

SILVEIRA, Máira Laura. Cooperação e conflito na cidade média: algumas reflexões acerca do fenômeno urbano na globalização. In: SILVA, Willian Ribeiro da.; SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão (Org.) **Perspectivas da Urbanização: reestruturação urbana e das cidades**. Rio de Janeiro: Consequência Editora, 2017, p. 39 – 52.

SNIS – SISTEMA NACIONAL DE INFORMAÇÕES SOBRE SANEAMENTO BÁSICO. Situação do saneamento no Brasil. Disponível em: <http://www.snis.gov.br/> Acesso em: 01 de ago. de 2021.

SOBRAL, Da cura à prevenção: uma tradição centenária que sempre se renova. Disponível em: <https://www.laboratoriosobral.com.br/a-empresa/> Acesso em: 10 de jul. 2021.

SPADOTTO, A. *et al.* Impactos ambientais causados pela construção civil. In: **Unoesc & Ciência – ACSA**, Joaçaba, v. 2, n. 2, p. 173-180. 2011. Disponível em: www.editora.unoesc.edu.br Acesso em: 22 de jan. de 2017.

SPOSITO, Maria Encarnação B. **Capitalismo e Urbanização**. \ Maria Encarnação. – 10ª Ed. Contexto, São Paulo, 2000.

SPOSITO, M. E. B. Novas redes urbanas: cidades médias e pequenas no processo de globalização. **Geografia**, Rio Claro – SP, v. 35, n.1, p.51 – 62, jan. /abr., 2010.

Disponível em: <https://www.periodicos.rc.biblioteca.unesp.br/index.php/ageteo/article/view/4817> Acesso em: 26 de jun. de 2021.

SPOSITO, Eliseu Savério.; SPOSITO, Maria Encarnação. Fragmentação Socioespacial. **Revista Mercator**, Fortaleza – CE, v.19, e 19015, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/mercator/a/55sLWtgZ6DSb5h8B7Vymwkv/?format=pdf&lang=pt> Acesso em: 05 de ago. de 2021.

SPOSITO, Eliseu Savério. **Geografia e filosofia: contribuição para o ensino do pensamento geográfico.** Eliseu Savério Sposito. – São Paulo: Editora UNESP, 2004.

SILVA, N. L. S. **Aterro Sanitário para resíduos sólidos urbanos - RSU – Matriz para Seleção da Área de Implantação.** Feira de Santana, 2011. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Engenharia Civil) – Universidade Estadual de Feira de Santana.

SILVA, J. O. R. da.; OLIVEIRA, M. S. de. Arborização urbana e a educação ambiental como fator conscientizador. **Scientia Generalis**, [S. l.], v. 1, n. 2, p. 1-10, 2020. Disponível em: <http://scientiageneralis.com.br/index.php/SG/article/view/v1n2a1>. Acesso em: 14 jun. 2021.

SILVA, G J. A.; WERLE, H. J. S. Planejamento urbano e ambiental nas municipalidades: da cidade à sustentabilidade, da lei à realidade. **Paisagens em Debate**, FAU.USP, n. 05, 2007. Disponível em: www.fau.usp.br. Acesso em: 17 de jan. de 2019.

SOUZA, A. A. de.; SANTOS, L. B. O Programa Minha Casa Minha Vida em Suzano-SP: aspectos socioespaciais e segregação. **Revista Cerrados**, [S. l.], v. 18, n. 02, p. 447–473, 2020. DOI: 10.46551/rc24482692202025. Disponível em: <https://www.periodicos.unimontes.br/index.php/cerrados/article/view/3289>. Acesso em: 23 de jul. 2021.

SPÓSITO, Maria E. B.; SOARES, Beatriz R. **Agentes econômicos e reestruturação urbana e regional:** Tandil e Uberlândia. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

TRZCINSKI, C.; AMARAL, A. J. do. Política de Habitação de Interesse Social no recorte da segregação socioespacial e os efeitos da violência social. **COLÓQUIO – Revista do Revista do Desenvolvimento Regional** - Faccat – Taquara-RS - Edição Especial II SNDR, janeiro de 2019.

UFPI. O CAFS, **UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ – UFPI.** Floriano, 05 de novembro de 2020. Disponível em: <https://ufpi.br/o-cafs-floriano> Acesso em: 14 de jun. de 2021.

UESPI. **UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PIAUÍ** – UESPI. Floriano, 07 de julho de 2017. Disponível em: <https://www.uespi.br/site/?p=103283> Acesso em: 14 de jun. de 2021.

VARGAS, D. Moradia e pertencimento: a defesa do lugar de viver e morar por grupos sociais em processo de vulnerabilização. Vinte e dois anos de política habitacional no Brasil: da euforia à crise. **Cadernos metrópoles**, São Paulo, v.18, n.36, p.535 – 557, 2016. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/2236-9996.2016-3611>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cm/a/s5F64y8GFxKCXvLThNkLkQs/?format=pdf&lang=pt> Acesso em: 8 de jul. de 2021.

VEIGA, José Eli da. **Meio Ambiente & desenvolvimento**. São Paulo: editora Senac São Paulo, 2006.

VENSON, Auberth Henrik. JACINTO, Paulo Andrade. SBICCA, Adriana. Acesso ao Esgotamento Sanitário das famílias pobres do Brasil. **Revista de Desenvolvimento Econômico – RDE**. Salvador (BA), Ano XXI – v.3, n. 44 – dez. 2019, p. 199-229. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10316/89642>. Acesso em: 06 de jun. 2021.

ZAMBAM, N. J.; SANTOS, A. P. C. A. (2020). Gerenciamento dos resíduos sólidos no meio ambiente urbano: estratégia para o desenvolvimento sustentável com expansão das liberdades. **Revista Direito Em Debate**, v. 29, n. 54, p. 144–153. <https://doi.org/10.21527/2176-6622.2020.54.144-153>
<https://revistas.unijui.edu.br/index.php/revistadireitoemdebate/article/view/11448>